



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

XIII Legislatura

Número: 20

I Sessão Legislativa

Horta, sexta-feira, 12 de julho de 2024

Presidente: *Deputado Luís Garcia*

Secretários: *Deputado Paulo Silveira (substituído no decorrer da sessão pela Deputada Nídia Inácio) e Deputado Lubélio Mendonça*

Sumário

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 03 minutos.

Após a chamada dos/as Srs./as Deputados/as, deu-se continuidade à discussão do [Projeto de Resolução n.º 10/XIII – “Recomenda ao Governo Regional que altere as regras de admissão nas creches, dando prioridade a crianças com pais trabalhadores” \(CH\)](#).

Intervieram no debate os/as Srs./as Deputados/as: Nídia Inácio (*PSD*), António Lima (*BE*), Olivéria Santos (*CH*), Catarina Cabeceiras (*CDS-PP*), Andreia Cardoso (*PS*), Pedro Neves (*PAN*), Cecília Estácio (*PSD*), José Pacheco (*CH*), João Bruto da Costa (*PSD*), Vasco Cordeiro (*PS*), bem como a Sra. Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (*Mónica Seidi*).

Submetido à votação, o diploma foi aprovado por maioria.

No final foi proferida uma *declaração de voto* pela Sra. Deputada Olivéria Santos (*CH*).

De seguida, foi apresentado o [Pedido de urgência e dispensa de exame em comissão da Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 13/XIII – “Adapta o sistema nacional de monitorização e comunicação de risco, de alerta especial e de aviso à população a todo o território da Região Autónoma dos Açores” \(GRA\)](#).

Após ter sido justificada a urgência pelo Sr. Secretário Regional do Ambiente e Ação Climática (*Alonso Miguel*), pediu a palavra para intervir o Sr. Deputado José Pacheco (*CH*).

Sujeito à votação, o pedido de urgência foi aprovado por unanimidade.

Posteriormente, passou-se para a apreciação e discussão da [Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 13/XIII – “Adapta o sistema nacional de monitorização e comunicação de risco, de alerta especial e de aviso à população a todo o território da Região Autónoma dos Açores” \(GRA\)](#).

Esta proposta foi apresentada pelo Sr. Secretário Regional do Ambiente e Ação Climática (*Alonso Miguel*).

No decorrer do debate, usaram da palavra os/as Srs./as Deputados/as: Nuno Barata (*IL*), José Ávila (*PS*), Luís Soares (*PSD*), António Lima (*BE*), Pedro Pinto (*CDS-PP*), João Mendonça (*PPM*) e José Toste (*PS*).

Em votação final global, a proposta foi aprovada por unanimidade.

No final, o Sr. Deputado Nuno Barata (*IL*) pediu a palavra para uma Declaração de Voto.

Por fim, foi aprovada a proposta de deliberação que declara findo o período legislativo de julho de 2024.

Os trabalhos terminaram às 12 horas e 36 minutos.

Presidente: Muito bom dia, Senhoras e Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo.

Vamos dar início aos nossos trabalhos com a chamada, faz favor, Senhor Secretário.

Secretário: Obrigado, Senhor Presidente.

Bom dia a todos.

Procedeu-se à chamada, à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:

Partido Social Democrata (PSD)

Adolfo Nuno Gregório **Vasconcelos**

Ana Maria dos Santos Silva e **Jorge**

Carlos Henrique Lopes **Rodrigues**

Cecília Maria Soares **Estácio**

Délia Maria **Melo**

Flávio da Silva **Soares**

Francisco Manuel Raposo **Gaspar**

Jaime Luis Melo **Vieira**

João Luis **Bruto** Costa Machado **da Costa**

José António Marcos **Soares**

José **Joaquim** Ferreira **Machado**

José Manuel Resendes **Leal**

Luís Carlos Correia **Garcia**

Luís Miguel Teixeira **Raposo**

Luís Carlos Cota **Soares**

Nídia Manuela de Sousa Lopes **Inácio**

Paulo Rui Paiva Ferreira **Chaves**

Paulo Duarte Gomes

Paulo Alberto Bettencourt da **Silveira**

Paulo José da Cunha **Simões**

Rúben Filipe Rebelo **Cabral**

Sabrina Marília Coutinho **Furtado**

Maria **Salomé** Dias de **Matos**

Partido Socialista (PS)

Andreia Martins **Cardoso** da Costa

Berto José Branco **Messias**

Carlos Emanuel Rego **Silva**

Dora Maria Coelho de Castro e Câmara Freitas **Valadão**

Flávio Miguel da Ponte **Pacheco**

Gualberto Costa **Rita**

Inês Soares de Oliveira e **Sá**

Maria **Isabel** Góis **Teixeira**

Joana Sousa **Pombo** **Tavares**

José Manuel Gregório de **Ávila**

José Gabriel Freitas **Eduardo**

José Miguel de Freitas **Toste**

Lubélio de Fraga **Mendonça**

Lúcio Manuel da Silva **Rodrigues**

Mário José Dinis **Tomé**

Marlene Andrea Martins Oliveira **Damião** de Medeiros

Marta Ávila de **Matos**

Patrícia Maria Melo **Miranda**

Russell Michael **Sousa**

Sandra Micaela **Costa** **Dias**

Vasco Ilídio Alves Cordeiro

Chega (CH)

Francisco Gabriel Meneses de Lima

Hélia Maria Pinheiro Cardoso

José Eduardo da Cunha Pacheco

José Paulo Machado de Sousa

Olivéria de Lurdes Cabral dos Santos

Partido Popular (CDS/PP)

Catarina de Oliveira Cabeceiras

Pedro Gabriel Correia Nunes Teixeira Pinto

Partido Popular Monárquico (PPM)

João António Mendes de Mendonça

Bloco de Esquerda (BE)

António Manuel Raposo Lima

Iniciativa Liberal (IL)

Nuno Alberto Barata Almeida Sousa

Partido Pessoas-Animais-Natureza (PAN)

Pedro Miguel Vicente Neves

Presidente: Obrigado, Senhor Secretário.

Estão presentes 55 Senhoras e Senhores Deputados, o que significa que temos quórum.

Declaro aberto a sessão.

Pode entrar o público.

Senhoras e Senhores Deputados, ontem quando encerramos os nossos trabalhos estávamos no ponto 15 da nossa agenda - Projeto de Resolução n.º 10/XIII, Recomenda ao Governo Regional que altere as regras de admissão nas creches, dando prioridade a crianças com pais trabalhadores. Uma iniciativa do Partido Chega e eu tinha inscrito o Senhor Deputado Nuno Barata.

(* **Deputado Nuno Barata (IL)**): Prescindo.

Presidente: Dou a palavra à Senhora Deputada Nídia Inácio.

(* **Deputada Nídia Inácio (PSD)**): Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhora e Senhores Membros do Governo:

Estamos hoje aqui para continuar a debater uma questão crucial que afeta diariamente o futuro da nossa Região Autónoma dos Açores.

O acesso às creches gratuitas, à proteção das crianças são responsabilidades inalienáveis da Região Autónoma dos Açores, independentemente, das circunstâncias do nascimento das crianças.

Este Governo de coligação, realmente, está a dar a resposta. As respostas estão a ser dadas paulatinamente, as coisas não podem ser *tocar num botão e já está feito*, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: ... mas estamos a trabalhar, a dar as respostas necessárias e é importante relembrar (ontem a Senhor Secretária lembrou) e quero continuar a relembrar aqui, a importância em que 2019 nós tínhamos 700 crianças abrangidas nas creches. Nós agora temos mais de 4000 crianças abrangidas.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

A Oradora: Portanto, foi uma diferença enorme, foram 4000 crianças abrangidas. Foi necessário o Governo de Coligação entrar para abranger

É enorme o aumento, em 4 anos.

Todos nós aqui sabemos que as creches ...

Deputado José Ávila (PS): Mas como é que se criaram as vagas?

A Oradora: Vamos chegar lá, Senhor Deputado e a Graciosa ficou bem servida.

As creches familiares e as amas são recursos essenciais da comunidade, atuam ao serviço da família, cuidam e educam.

Nas creches nas creches são proporcionados ambientes de crescimento, alimentado pelo amor, pelo estímulo e a segurança emocional das nossas crianças. São contextos de aprendizagem, não podemos omitir, em que há mais crianças beneficiadas nestes contextos de aprendizagem.

É o primeiro local em que a criança vivencia a inclusão, é nas creches. O dia a dia das creches está centrado em momentos práticos de assistência, por questões de direitos prioritários das nossas crianças da nossa infância, como a alimentação, a higiene, o descanso, os momentos de lazer, são momentos através dos jogos, os momentos de acolhimento, o dar colo nas creches, o carinho, a atenção. Não é apenas assistencialismo, é muito mais do que isso, tem conteúdo educacional e é por isso que este Governo de coligação aposta e aposta muito bem na isenção total de pagamento das participações familiares em creche, ou em serviço de amas.

Eu também quero recordar aqui que foi com este Governo de coligação que o serviço de amas melhorou ...

Deputado Berto Messias (PS): A gente sabe isso tudo! A gente quer saber o que os senhores acham!

A Oradora: ... porque antes as amas quando perdiam um bebé, por qualquer razão, perdiam também o direito a esta remuneração. O serviço de amas melhorou. Não querem ouvir, mas é verdade.

Podia melhorar mais? Pois podia e estamos aqui para isso. Pode melhorar muito mais!

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

A Oradora: Senhoras e Senhores Deputados, este Governo mudou o paradigma da ação, sempre com a matriz, e quero relembrar e volto a relembrar aqui, sempre com uma matriz humana, primeiro as pessoas! Uma matriz humana e inclusiva.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Ouça bem: humana!

A Oradora: Estamos a consolidar um caminho, ...

Deputado Berto Messias (PS): O que é que o PSD acha da proposta do Chega?

A Oradora: ... desde novembro de 2020, a comprometer com rumo de continuidade e progresso, com a com a gratuidade das creches e amas, através de um regime de isenção para todos os escalões, não é só para alguns, para todos os escalões, bem como o aumento de número de vagas. Sim, estamos a trabalhar o aumento de número de vagas em creche, com vista a assegurar as necessidades das comunidades. Em quatro anos muito já fizemos, ...

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Aumentamos mais de 600 lugares!

A Oradora: ... não é tocar no botão e está feito. Já fizemos e continuamos a fazer e estamos com vontade de continuar a fazer. Este Governo está a trabalhar para isso.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS, PP, PPM e Membros do Governo)

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: Nós não podemos negar o acesso das crianças às creches, com base em preconceitos, não o podemos fazer. É negar o direito básico de cada criança a um começo de vida segura e digna.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: É dever deste Governo de coligação proporcionar suporte e garantir que todas as crianças, independentemente da sua situação familiar, tenham acesso igualitário às oportunidades que as creches oferecem, todos. É um Governo para todos.

Contudo, somos de acordo da necessidade de rever os critérios, como a Senhora Secretária ontem disse ali, naquela bancada do Governo, rever os critérios de admissibilidade à frequência das crianças na creche ou nas amas, de forma a mitigar os constrangimentos das famílias. Em que é nosso princípio acautelar as famílias em que pai e mãe trabalham sem ter onde deixar as crianças. Todos, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Deputado Berto Messias (PS): É cada frete!

A Oradora: ... aqui estamos a falar em todos os açorianos. É um investimento no futuro, mais justo e próspero para todos.

Defendemos os direitos de cada criança açoriana e rejeitamos qualquer discriminação que possa comprometer o desenvolvimento das nossas crianças açorianas, que serão jovens e que serão os futuros adultos e que estarão aqui.

Portanto, nós queremos construir uma sociedade açoriana cada vez mais inclusiva, onde cada indivíduo, desde os primeiros anos de vida, tenha a oportunidade de alcançar o seu pleno potencial.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

A Oradora: E só para terminar, este Governo de coligação está bem ciente do que está a fazer em prol das crianças, dos jovens e dos adultos açorianos que vivem aqui nos Açores, portanto o Governo de coligação não quer que nenhuma criança açoriana mereça ser estigmatizada ou privada de acesso ...

Deputado Berto Messias (PS): Então vai votar contra!

A Oradora: ... a um ambiente seguro e educativo, por causa da sua origem familiar. É para todos para todos, todas as crianças!

Volto a frisar, o Governo de coligação é um Governo que tem uma matriz humanista e inclusiva para todos.

Disse!

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Senhora Deputada.

Tem agora a palavra o Senhor Deputado António Lima, faça favor, Senhor Deputado.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

O Chega com esta proposta pretende que seja dada prioridade de acesso às creches a crianças cujos pais trabalham.

Ora, esse critério já existe na legislação, já existe nos regulamentos das instituições que têm creche.

Ora, já existindo e sabendo o Chega que esse critério já existe, juntamente com outros critérios que vou anunciar alguns exemplos, só se pode concluir que o Chega pretende que este critério seja o principal ou o único.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estevão): É aqui que está lá escrito?! Não é verdade e sabe que não é verdade!

O Orador: É isso que está escrito.

Por isso, este critério é valorizado, como não poderia deixar de ser, juntamente com outros, numa avaliação que tem que ser feita com cuidado, com responsabilidade pelos serviços das creches e da Segurança Social. Isso é por demais evidente.

Por isso, o Chega pretende que este critério se sobreponha a outros, se não, não apresentava esta proposta, nomeadamente critérios, sobrepondo a crianças em situação de risco, ...

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estevão): Não está escrito!

O Orador: ... sobrepondo a crianças sinalizadas pelo programa de intervenção precoce, sobrepondo a crianças com deficiência e fica claro que esta proposta tem um carácter absolutamente discriminatório. Discrimina crianças em situação de risco, em situação de maior fragilidade e isso é absolutamente inadmissível.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Onde é que isso está escrito? Sr. Deputado seja sério!

O Orador: E do ponto de vista do emprego, vamos lá falar do ponto de vista do emprego, esta proposta tem um caráter do mesmo modo discriminatório, porque imagine-se o seguinte caso prático, absolutamente possível e real, certamente, porque imagine-se uma família monoparental, ou não, em que uma pessoa está desempregada e tem uma criança pequena, que está em idade de frequentar a creche, quer encontrar emprego, precisa do emprego porque não tem como sustentar o seu filho ou a sua filha e o que é que essa proposta do Chega diz? Diz que, porque essa pessoa, esse pai ou essa mãe, não está empregada, não pode colocar o seu filho ou sua filha.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estevão): Não está escrito isso! Isso é falso! **O Orador:** Isto é o que a proposta do Chega diz, é deixar as pessoas que estão desempregadas sem apoio social, sem o apoio de que a creche é fundamental para a sua promoção social, para o tal elevador social que tanto se fala. É esse o elevador social? Que raio de elevador social é esse que impede quem está desempregado de aceder ao emprego? É esse o elevador social que se fala.

Aliás, esta proposta fala no seu preâmbulo no caráter importante da creche, como fator de igualdade socioeconómica, mas depois, na sua parte resolutiva quer excluir, quem por *um azar da vida*, não tem emprego e não tem apoio familiar.

Mas, falemos daquilo que interessa verdadeiramente, porque esta proposta não interessa. Falemos naquilo que é a resposta que é necessário dar às famílias que efetivamente neste momento têm dificuldades e muitas não têm vaga para creche. Não têm, essa é que é a realidade e nós não estaríamos a debater esta proposta, se este problema estivesse resolvido. Se houvesse vagas para todos, não estaríamos aqui a debater problema nenhum. Nós não discutimos vagas para a escola pública, ou discutimos? Porquê? Porque fomos capazes, enquanto região, enquanto país, de criar escolas para toda a gente. E, neste momento,

temos um Governo que foi incapaz de resolver o problema, aliás, pegando no financiamento da Segurança Social para pagar as creches gratuitas, mas não sendo capaz de fazer o seu investimento, que era a sua parte, que é fazer o investimento público para que existam vagas para todas as crianças.

Eu ouço falar no aumento de vagas e que para 2025 é que vai ser. Bem, se é a ideia de colocar mais crianças por sala, aliás essas orientações já foram dadas e anunciadas, aproveitando uma portaria do Governo da República, essa é uma péssima solução, colocar mais crianças numa sala, por exemplo nas salas dos bebés, passando de 8 para 10, sem aumento de recursos humanos, sem aumento do espaço, é uma absoluta irresponsabilidade. É uma solução de emergência, mas é uma péssima solução. E é uma péssima solução porquê? Porque o Governo não fez a sua parte e dou alguns exemplos da execução do Plano 2023, são palavras do Governo que vou ler, não são nossas: Rede de amas, projeto não iniciado.

Requalificação da creche O Girassol, obra não iniciada.

Construção da creche de Santa Bárbara, Terceira, obra não iniciada.

Requalificação do edifício da creche de Santa Clara, obra não iniciada.

Requalificação da creche em São Mateus, obra não iniciada.

Ampliação da creche Mãe de Deus, obra não iniciada.

Construção da creche de Santo António, de 700.000 € foram executados 38 e esse concurso já foi lançado novamente, não há uma pedra nesta creche.

Por isso, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente, a responsabilidade deste problema está ali no Chega que aprovou este orçamento e tem responsabilidade de aprovar todos os orçamentos e agora vem aqui com uma proposta inadmissível, discriminatória, completamente inadmissível em democracia, querer excluir os pais, as mães, as crianças, que por estarem desempregados não querem que tenham acesso à creche.

Presidente: Obrigado, Senhor Deputado.

Senhora Deputada Olivéria Santos, faça favor.

(*) **Deputada Olivéria Santos (CH):** Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo Regional: Realmente quando não se tem argumentos, assim como o Bloco de Esquerda, inventa-se.

Deputado José Pacheco (CH): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do CH)

A Oradora: O Chega não disse que ia deixar crianças para trás. Isto é para todas as crianças! A única diferença é uma prioridade. Vamos dar prioridade aos pais que trabalham, porque se os Senhores Deputados não sabem, nós sabemos e temos recebidos muitas, mas muitas denúncias, e os açorianos que estão em casa estão a dar-nos razão, há pais que não conseguem ir trabalhar, porque não têm lugar nas creches.

Nós não estamos a dizer que as crianças com famílias mais vulneráveis, ou seja, as crianças cujos pais recebem rendimento social de inserção.

Deputado António Lima (BE): Não é isso!

Deputado José Pacheco (CH): É isso!

A Oradora: Eu não tenho problemas de falar do RSI, Senhor Deputado, não tenho problema nenhum!

O senhor diz crianças vulneráveis, eu digo crianças que os pais recebem o RSI. Não tenho problema nenhum com isso.

Agora, eu não posso admitir que uma mãe que está em casa, que vá deixar o filho na creche e depois volte para casa e leva o dia todo a ver televisão, sem cuidar do seu filho. Enquanto que nós temos casais que estão os dois a trabalhar e que não conseguem, de maneira nenhuma, lugar na creche e que um deles tem que abandonar o trabalho só para poder cuidar do filho, enquanto estão outras

crianças, está a tirar o lugar a esses que querem trabalhar. Estamos a pôr em causa a economia e o desenvolvimento dos Açores.

(Aparte inaudível)

A Oradora: Não, priorizando!

Os Senhores Deputados dizem que nós estamos a discriminar as crianças cujas famílias recebem RSI. E o que é que os senhores estão a fazer às crianças cujos pais trabalham? Que eu saiba, iisso é discriminar.

Se para o meu lado é discriminar as crianças cujos pais recebem RSI, então e as crianças cujos pais trabalham? Não estão a discriminar essas crianças? Porque estão a dar prioridade a outras, então estão a deixar essas para trás. Há crianças que estão a ficar para trás, mas não é o Chega que está a deixar crianças para trás. O Chega quer justiça social para todos. Quem trabalha tem que ter direito, tem que ter um lugar para deixar os filhos e isso não está a acontecer, é simples e é só isso que nós queremos. Nós não estamos a dizer que vai haver crianças que vão ficar em casa, *coitadinhas* ... Não, temos lugar para todos! Agora, temos que estabelecer critérios, temos que priorizar: pais que trabalham, direito à creche; pais que estão em casa que podem tomar conta dos filhos, ficam em casa tomando conta dos filhos.

Obrigada.

Deputado José Pacheco (CH): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do CH)

Presidente: Obrigado, Senhora Deputada.

Senhora Deputada Catarina Cabeceiras, faça favor.

(*) Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Obrigado, Senhor Presidente.

Senhoras e Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

Começo a minha intervenção, não posso deixar de o fazer, por aquela que foi a intervenção do Senhor Deputado António Lima, relativamente aos investimentos que diz que ficaram por fazer. Mas, o Senhor Deputado não enumerou os que foram feitos, os que desses...

Deputado António Lima (BE): Quais?

Deputada Andreia Cardoso (PS): Quais?

A Oradora: Olha ainda no Conselho de Governo saiu a questão da intervenção na Santa Casa Misericórdia das Velas, por exemplo, ainda no dia 11 de julho.

E, portanto, não disse quais destes procedimentos que estão em contratação, quais foram os que ficaram ...

Deputado António Lima (BE): Eu tenho de saber?

A Oradora: Não, mas já que quer fazer um levantamento tão discriminado, isso é informação que se quer pública.

Os cursos que ficaram desertos, portanto, a verdade é que todos sabemos os constrangimentos que têm existido, mas mesmo assim e centrando também aqui o debate na iniciativa que temos aqui e temos uma iniciativa que prevê a alteração a um decreto regulamentar que é de 2001. A verdade é que, claro que é necessário rever este decreto regulamentar regional que é 2001, que refere-se ao estatuto do estabelecimento e educação em pré-escolar, a atenção deste Governo e tem sido o trabalho deste Governo, centrado nas crianças, é isso que nós entendemos e defendemos, que deve ser centrado nas crianças e, a verdade é que, como bem sabem, o CDS sempre defendeu a gratuidade das creches, isso não é novidade, temos um trabalho feito nessa matéria e foi este Governo que alargou essa gratuidade para todas as crianças e isso parece-nos que importa ressaltar.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem lembrado!

A Oradora: Daquilo que já foi dito e relativamente à gratuidade das creches, que é uma medida que nos parece importante, exatamente para mais crianças

terem acesso à creche e é isso que aconteceu, porque de 700 passamos para 4000 crianças em creche e esta medida já deu os seus frutos e deu os seus frutos a partir do momento em que, em 2020 tínhamos 700 crianças em creche e hoje em dia temos mais de 4000 e isto é fruto deste alargamento das creches gratuitas para todos. E isso é importante e todos devemos valorizar, porque temos mais crianças hoje na Região que estão em creche. Na creche que é tão importante para o seu desenvolvimento cognitivo, emocional para terem acesso a várias atividades, quer sejam atividades físicas, quer sejam atividades até para gerirem as suas emoções, tanto e tanto que as nossas crianças hoje aprendem e têm acesso nas nossas creches e há um fato que é indesmentível, é que em 2020 tínhamos 700 crianças e hoje temos mais de 4000 e isso para a Região é bom, porque temos mais crianças em creche e isso é um facto.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem lembrado!

A Oradora: Depois, relativamente à questão e daquilo que já foi dito pela Senhora Secretária, a verdade é que tem existido um trabalho de aumentar a taxa de cobertura, de aumentar o número de vagas e a verdade é que isso se reflete no número de crianças que temos hoje em creche, exatamente por esse trabalho que tem sido desenvolvido ao longo destes três anos, por parte do Governo Regional e nunca o Governo disse que não eram necessárias mais vagas e é nisso que o Governo está a trabalhar para ter uma cobertura cada vez mais abrangente, ...

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estevão): Muito bem!

A Oradora: ... porque o objetivo final e o caminho que se pretende e o objetivo que se pretende com este caminho é que todas as crianças tenham acesso à creche. É esse o intuito deste Governo, é esse o objetivo desse Governo e é esse trabalho que está a ser desenvolvido. E, como todos bem

sabemos, não é em três anos que se resolve, porque já antes havia falta de lugares em creche, não é de agora e esse caminho tem sido feito.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Foi um desafio para este Governo? Claro que foi! Claro que se tivesse sido outro Governo preferia ter feito as coisas de outra forma, aguardando que existissem todas as respostas necessárias para se avançar com a gratuitidade. É verdade que assim o desafio foi maior, mas também temos um resultado que em 2020 tínhamos 700 e agora temos 4000 crianças ...

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

A Oradora: ... e isso foi o resultado deste desafio que o próprio Governo se propôs e não optou por um caminho mais fácil, optou por enfrentar este desafio e tem sido esse desafio que o Governo tem estado a trabalhar na melhoria e não o aumento da capacidade de creche.

Relativamente aos critérios, a Senhora Secretária já o referiu, a verdade é que tem sido feito esse trabalho em consonância com as próprias instituições, com quem as representa. A criação da lista de espera única consideramos que é um passo significativo para o conhecimento da real situação da região, das reais necessidades da região. Todos sabemos e muitos de nós somos pais, ...

Deputado Nuno Barata (IL): A senhora não passou pela creche!

A Oradora: ... e eu falo por mim, a minha filha tem 5 anos e na altura quando ela nasceu a verdade é que eu inscrevia-a nas duas creches que existia na altura, no concelho de Velas, portanto, é natural que os pais o façam e, por isso, esta lista única parece-me um passo importante para conhecermos a real necessidade da nossa região.

Quanto aos critérios, a Senhora Secretária também já o disse, que estão a ser reavaliados os critérios de admissão. Temos que nos centrar naquilo que é a iniciativa, não é extrapolar para aquilo que nos parece que é e nos parece que vai ser. Temos que nos cingir à iniciativa e, efetivamente, a Senhora Secretária já mencionou que estes critérios estão a ser revistos e que será contabilizada também e que está a ser incluído a compatibilização da vida profissional com a vida familiar, todos nós entendemos que isso é um passo importante que seja dado, porque efetivamente o objetivo final é termos creche para todas as nossas crianças.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: E, como é natural, nenhum deputado nesta casa entende que uma criança que vem de uma situação de gravidade, de fragilidade, como por exemplo, violência doméstica, não vai ter uma resposta imediata e, portanto, ...

Deputado António Lima (BE): Onde é que isso está escrito?

A Oradora: Mas, também não diz o contrário e o que não diz aqui é aplicado aquilo que é aplicado hoje em dia.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Deputada Olivéria Santos (CH): Já está lá! Já está nos critérios!

A Oradora: O Senhor Deputado António Lima não coloque palavras na minha boca que eu não as disse. Eu, em momento algum, disse que estava tudo feito. Antes pelo contrário, eu disse o caminho que o Governo tem feito e o que falta fazer, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: ... porque como eu já lhe disse, o objetivo é que todas as crianças tenham acesso a um lugar em creche e isso ainda não se alcançou, mas é esse o objetivo e foi esse o desafio a que o Governo se propôs, quando coloca gratuidade para todas as crianças sabendo que era um desafio.

Deputada Délia Melo (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

A Oradora: Foi este Governo que o fez.

E, portanto, vamos manter o nosso foco, daquilo que tem sido a ação deste Governo, do que tenham sido as políticas implementadas, centradas nas pessoas, nas famílias, neste caso em particular, sendo as crianças a prioridade, é esse o objetivo e que continuemos a trilhar este caminho, para que todas as crianças da nossa região tenham acesso às creches. Mas, pegando nos factos de hoje, tínhamos em 2020, 700 crianças e hoje temos mais de 4000 crianças em creche e isso é muito bom, não é para este Parlamento, é para os Açores.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Senhora Deputada.

Senhora Deputada Andreia Cardoso, faça favor.

(*) **Deputada Andreia Cardoso (PS):** Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhora e Senhores Membros do Governo:

Este debate e este assunto que aqui nos traz o Chega é, de facto, uma matéria muito relevante para as famílias e, sobretudo, para as crianças.

E é nessa medida e que a legislação atual determina, que este tipo de estabelecimentos, as creches, são de facto essenciais para, nos termos daquilo que a legislação dispõe, contribuir para assegurar a igualdade de oportunidades, de educação a todas as crianças e para promover a discriminação positiva, em

favor das comunidades mais desfavorecidas e dos grupos sociais excluídos, ou com menores condições de acesso ao sistema educativo.

E, portanto é fundamental nós percebermos aqui se o que está aqui em causa é alterar aquilo que são os pressupostos de acesso a este tipo de respostas sociais.

Este tipo de respostas sociais, como a própria legislação determina, tem como princípio uma coisa que para nós é essencial, que é que todas as crianças, independentemente, da condição de rendimento dos pais, tenham acesso a este tipo de estabelecimentos. Porque eles funcionam como um dos elementos mais importantes, no âmbito do combate à pobreza e exclusão social. Portanto, é fundamental percebermos de início se o que os senhores pretendem é alterar estes princípios básicos de acessibilidade a este tipo de respostas. É ou não é?

O que está por detrás desta proposta, e também nesta proposta, é um preconceito, um preconceito grave...

Deputada Olivéria Santos (CH): Não é!

A Oradora: ... um preconceito muito grave que está à cabeça desta proposta e, ao contrário daquilo que determina a lei, uma discriminação negativa das crianças, em função da condição de rendimento dos pais ou das opções de vida dos seus pais ...

Deputado José Pacheco (CH): Ainda não percebeu porque é que perdeu as eleições?!

A Oradora: ... e isto, para o grupo parlamentar do Partido Socialista, Senhor Deputado José Pacheco, não é aceitável, é inaceitável.

Portanto, entre aquilo que é o preâmbulo da proposta e aquilo que é o ponto resolutivo único vai um mar. Há um oceano que distancia o preâmbulo e o ponto resolutivo. Aliás, os preâmbulos nem são publicados, o que é publicado é o ponto resolutivo e o ponto resolutivo é claro, para os senhores conta apenas uma condição e para nós, grupo parlamentar do Partido Socialista, continuam a contar duas condições: a valência de creches continua e deve continuar a

destinar-se a acolher crianças pertencentes a famílias em que ambos os progenitores, aquele que tem a criança à sua guarda, aquele a quem ela foi confiada trabalham, **ou**, vou repetir, **ou**, famílias que, por razões sociais, devidamente fundamentadas, não possam assegurar em permanência a sua assistência. E isto é para nós um direito inalienável destas crianças, inalienável! Não nos compete a nós, e já aqui foi dito, é feita uma avaliação técnica das prioridades. A Senhora Secretária diz que está a criar um sistema e ainda bem que está a criar um sistema que seja facilitador do acesso. Isso é tudo muito importante, mas por detrás deste sistema estão critérios e esses critérios devem cumprir aquilo que a lei estabelece e para o Chega há uma condição única e que determina o acesso, que é a condição de rendimentos dos pais e isso para nós é, neste projeto resolutivo, ponto único. Se não fosse ponto único estariam lá as duas condições que a lei determina e não é isso que o Chega propõe. O Chega propõe e olha apenas para uma parte e nós não abdicamos.

Para mais, com a habilidade que já é costumeira e a atitude popular que também já é costumeira, o Chega põe umas famílias contra as outras ...

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): Ai que horror!

Deputado José Pacheco (CH): Umas famílias contra as outras?!

A Oradora: ... e nós somos, frontalmente, contra isso. Por detrás desta proposta e à cabeça desta proposta, está um preconceito grave que nós não aceitamos.

Mais, por detrás desta proposta está também um conjunto de declarações públicas de dirigentes daquele partido, que espelham bem o que o partido pensa sobre a acessibilidade às creches e sobre as famílias, ...

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): Tanto veneno, Sra. Deputada! Que horror!

A Oradora: ... as boas e as más, e nós não aceitamos isso.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Deputado José Pacheco (CH): Assim se percebe porque é que o socialismo está a desaparecer!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Senhora Deputada.
A Mesa não dispõe neste momento de inscrições.

(Pausa)

Senhora Secretária Regional da Saúde.

(*) Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): Muito obrigada, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Eu gostava de começar esta minha intervenção por, talvez relembrar a câmara de dois dados, que me parecem importantes para conseguirmos fazer uma interpretação, ainda mais rigorosa, desta proposta.

O primeiro é que, desde que este Governo da Coligação tomou posse, o que é que aconteceu aos números dos beneficiários do rendimento social de inserção? Estão a baixar na região! E o que é que aconteceu ao número de empregados na região? Está a aumentar na região!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS, PP, PPM e Membros do Governo)

E, portanto, estes dois dados são bem relevantes do impacto que esta proposta pode ter. E isso eu sei que dói à bancada do Partido Socialista, porque efetivamente temos conseguido tomar medidas que vem inverter aquilo que foi deixado, durante anos, ao abandono nesta região.

Mas, gostaria também de recentrar o debate, porque efetivamente os números são bastantes reveladores daquilo que é a aposta, como tive oportunidade de dizer hoje e vou reafirmar para os mais esquecidos. O aumento bastante significativo que aconteceu entre 2020 e 2023, pela aposta clara no número de vagas disponibilizadas e pelo investimento que foi gasto por este Governo e que diz respeito a uma poupança às famílias, na ordem dos quatro milhões de euros e, isso sim, é muito relevante porque a nossa prioridade são efetivamente as famílias.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Em relação às obras que foram aqui faladas e que não aconteceram. Felizmente, também aconteceram outras obras, Senhor Deputado António Lima, mas vou-lhe dar o exemplo da creche de Santo António, que o primeiro concurso foi lançado e ficou deserto e que já tivemos que lançar outro.

Deputado António Lima (BE): Já é o 4.º orçamento!

A Oradora: Portanto, infelizmente, há outras medidas que não dependem só da inércia deste Governo, como o Senhor Deputado gosta muito de apregoar, como se no passado tivesse contribuído para uma postura diferente, que até agora não a vimos.

Mas, em relação àquilo que foi feito, olhe por exemplo ainda no Conselho de Governo, ontem, aprovamos o lançamento para mais uma obra na Santa Casa da Misericórdia das Velas, ...

Deputado António Lima (BE): Está feita! Mais um concurso deserto!

A Oradora: ... com o valor de 4.2 milhões de euros que vai permitir um aumento de 42 vagas em creche. Ou na mesma ilha de São Jorge, a nível de

Santo Antão, cujo concurso foi lançado e estamos agora na fase de análise de propostas.

Portanto, caracterizar esta matéria e a ação do Governo com inércia, em relação a esta matéria, não é de todo e aquilo que, de forma mais rigorosa, deve ser feito.

Também já tive a oportunidade de dizer e reitero hoje, que o Governo já está a preparar, inclusive, já decorreram reuniões, em relação à lista de espera centralizada, que vamos iniciar com um projeto piloto em Angra do Heroísmo e no concelho de Ponta Delgada e que naturalmente já reunimos, quer com o ISSA, quer com as instituições, quer com os presidentes da URMA e da URIPSSA, para que estivessem alinhavados, em relação aos critérios que serão definidos. Serão critérios que têm em conta a promoção e a proteção da criança, onde naturalmente se inserem as crianças mais vulneráveis e ninguém quer aqui deixar uma criança mais vulnerável em casa, em detrimento de outras que não tem esse problema.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

A Oradora: Ninguém quer aqui deixar para trás crianças ...

Deputado Pedro Neves (PAN): Então vai votar contra!

A Oradora: ... que, infelizmente, pela sua condição social, ou pela sua condição clínica, a nível da deficiência, fiquem para trás. Não é isso que se pretende, mas também reconhecemos que possa haver aqui um problema com os pais que trabalham. Mas também recorro que, efetivamente, os pais trabalhadores, ou os pais empregados são todos, inclusive, aqueles que beneficiam ou beneficiavam do rendimento social de inserção e que também

podem entrar no mercado de trabalho. Portanto, este é um aspeto que é importante para nós, não podemos prejudicar efetivamente os pais que trabalham, isso não pode ser visto como uma condição negativa, mas naturalmente não vamos priorizar, nem excluir as crianças mais vulneráveis, nem aquelas que estão inseridas em famílias com problemas

Muito obrigada.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Senhora Secretária Regional.

Senhor Deputado Pedro Neves, faça favor.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado, Senhor Presidente.

Senhoras e Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

Senhora Secretária, qualquer pessoa que recebe RSI é um agregado com problemas. Não podemos dizer que essa criança não poderá ter problemas, quando as pessoas recebem RSI por alguma razão. Por isso, não vamos usar o argumento, à partida, que não queremos deixar as crianças de fora mais vulneráveis. As crianças são vulneráveis, porque a família está a receber RSI.

Eu vou tentar *meter-me no sapatos* do Chega e pensar a partida que esta iniciativa...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): As crianças são vulneráveis porque a família recebe RSI? Foi isso que eu ouvi!

O Orador: Eu estou a tentar ganhar empatia pelo Chega e vocês não me deixam falar.

(Diálogo na Câmara)

O Orador: Senhor Presidente, eu gostava de ter condições e assim eu não tenho condições absolutamente nenhuma! Dez pessoas a falarem... Toda a gente tem tanto tempo... Eu estive calado.

Presidente: É verdade, Senhor Deputado, faça favor.

O Orador: Senhor Presidente, obrigado.

Vou tentar *meter-me nos sapatos* do Chega e pensar à partida ,que esta iniciativa não é uma iniciativa de forma generalizada, é uma iniciativa apenas específica para aquilo que disseram das pessoas que não têm trabalho e ficam a ver televisão ou vão para os cafés, ou beber copos, vamos imaginar isso. Então, o problema aqui é que estamos numa discriminação das pessoas que não querem trabalhar porque não lhes apetece e têm mais do que fazer. Mas, o problema aqui é que a consequência passará para a criança e não para os pais que não trabalham, porque se nós queremos o elevador social, nós estamos neste momento a discriminar é a criança e, como todos sabem, a maior parte do RSI é um ciclo perpétuo geracional, então provavelmente essas crianças que não vão ter um acesso, porque não pode não haver vagas e não tem essa prioridade, um acesso à educação pré-escolar, da parte do Governo Regional, que será bem melhor do que receber o exemplo dos pais que não querem trabalhar, essa criança, provavelmente, vai entrar dentro da estatística do Chega que não quer ter um RSI, mas o próprio Chega está a querer perdurar o RSI para as gerações seguintes e o Chega ainda não entendeu isso.

Se você não compreendeu eu posso fazer um desenho, ...

Deputado José Pacheco (CH): Faça o desenho!

O Orador: ... ou falar em stereo, se quiser, posso falar em *surround*, é muito fácil Se o RSI é um ciclo geracional, então se as crianças vão ser educadas maior parte do tempo pelos pais e não têm sequer acesso ao pré-escolar, não vão ter outras condições educativas para terem noção do que +e que pode ser a sociedade.

Esta é a realidade e que o Chega, se calhar, ainda não atingiu, porque quer, por um lado apenas atacar os pais e esquece-se das crianças e são as crianças que vão ser atacadas.

Obrigado.

Deputado José Pacheco (CH): Ó Senhor Deputado, devia receber um óscar!

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Senhora Deputada Olivéria Santos.

(*) **Deputada Olivéria Santos (CH):** Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo Regional:

O PS está aqui a tentar passar uma imagem de que o Chega é um *papão* com esta proposta.

Deputado José Pacheco (CH): Somos uns papões do socialismo!

A Oradora: Não gostamos de criancinhas, somos preconceito, não gostamos das famílias, não estamos a proteger as crianças com dificuldades, não estamos a proteger as famílias.

Na realidade o que o PS está aqui a fazer é querer desvirtuar a nossa proposta e inventar problemas onde eles não existem.

Os critérios, que a Senhora Deputada enumerou, não foram alterados, estão todos lá. Os critérios não foram alterados!

Todas as crianças vão ter acesso! Nós não somos preconceituosos, nós não queremos discriminação, nem positiva, nem negativa, porque discriminação é discriminação. Não há discriminação, o que há é uma prioridade, tão e somente. Por isso é que só há um ponto resolutivo. Ninguém vai ficar para trás, não se vai mexer nos critérios. Os critérios que existiam continuam lá, a única alteração é priorizar. Ninguém vai ficar para trás, o Chega gosta das criancinhas, o Chega gosta das famílias, o Chega quer que toda a gente tenha as mesmas oportunidades, o Chega quer que haja justiça social para todos e é isso que essa proposta vem trazer, justiça social para todos.

Agora, quem está a fazer dessa proposta um *bicho papão*, as crianças vão todas passar a ficar em casa, estamos a discriminar... Não estamos, não estamos, Senhora Secretária e é tão somente isso. Todos os critérios continuam lá, não foi retirado nenhum, nenhum critério.

(Aplausos do Deputado José Sousa)

Presidente: Muito obrigado, Senhora Deputada.

Tem a palavra a Senhora Deputada Cecília Estácio.

(*) **Deputada Cecília Estácio (PSD):** Obrigada, Senhor Presidente.

Senhor Presidente da Assembleia, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

É bom lembrar aqui que as medidas adotadas por este Governo permitiram dar uma maior resposta às famílias.

Como já foi dito aqui, também pela Senhora Secretária e por outros deputados, houve um aumento muito significativo das crianças abrangidas em creche de 2019 para 2024. Este aumento é de seis vezes mais. Não é o dobro, não é dois, nem três, nem quatro. É seis vezes mais o número de crianças abrangidas.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS, PP, PPM e Membros do Governo)

A este valor de aumento de crianças, já também como é normal, um aumento do valor investido, sendo também um aumento registado na ordem dos 3 milhões de euros. Com o aumento desta procura, estamos hoje aqui neste debate, com esta necessidade de dar uma melhor resposta aos açorianos e às famílias açorianas.

Por isso, é preocupação deste Governo, um pouco por todas as ilhas, proceder a medidas que possam mitigar um pouco esta necessidade que estamos hoje aqui a debater, que tem a ver um pouco com as com as listas de espera das creches e, com isso, constam do Plano e Orçamento para 2024, ou seja, constam daquilo que nós queremos fazer, daquilo que é o futuro, não constam de um relatório passado, portanto o que está no plano anual 2024 é aquilo que se quer fazer e é aquilo que se vai fazer e é aquilo que este Governo pretende fazer, portanto, é com as e é com as medidas futuras que vamos conseguir resolver este problema, não é com os erros do passado, é com as medidas futuras.

Nessas medidas estão abrangidos mais de 2 milhões de euros. A preocupação é geral, portanto, é um pouco por todas as ilhas. Sabemos que todas as ilhas vão ser abrangidas com requalificação de edifícios, com construção de novas creche. Temos como exemplos, a construção da creche de Santo António, em São Miguel, com um valor de mais de 645.000 €. A construção da creche e atl de Santa Bárbara, na Terceira, 80.000 €. A requalificação da creche das Velas, em São Jorge, 100.000 €. A requalificação da creche de São Mateus, na Terceira, 100.000 €. A requalificação da creche da Santa Casa Misericórdia da Praia da Vitória, na Terceira, 80.000 €. A requalificação da creche O Girassol, nas Flores, 100.000 €, entre muitos outros investimentos que não vou estar aqui a enumerar.

De salientar também, como já foi aqui falado, que a questão das listas de espera para ingressar em creches irão reduzir porque este Governo tem também uma medida, que é a criação de uma lista de espera única, que vai permitir, tal como já foi aqui mencionado pela Senhora Secretária, que não haja casos de duplicação de inscrições, como tem havido até agora.

Podemos então constatar que há um esforço grande, há um esforço muito grande e há uma visão de futuro de investimento para colmatar esta necessidade e para que nenhuma criança dos Açores e que nenhuma família fique de fora,

fique atrás e fique esquecida e que nenhum pai tenha que deixar de trabalhar para cuidar do seu filho e que nenhum filho tenha que deixar de ir para a creche, por ficar em casa por não haver vagas.

Obrigada.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Senhora Deputada.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Senhor Deputado António Lima, faça favor.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Registei a intervenção da Senhora Deputada Cecília Estácio e vou citá-la amiúde, a partir de agora neste, nestes debates parlamentares.

A Senhora Deputada disse que “o passado não interessa, vamos olhar para o futuro”. Quer dizer que a coligação deixará de passar 90% do tempo dos debates a falar da governação do Partido Socialista? Isto vai ser extraordinário, que a partir de agora o PSD se auto censura de falar do passado! Eu vou ficar sentado de poltrona a ver esse novo paradigma da governação e do debate parlamentar do PSD. Vai ser mesmo extraordinário!

Mas eu quero falar do passado, seja do passado de há 20 anos, seja do passado do ano passado, principalmente do passado do ano passado, porque este é bem

recente e é responsável por muitos dos problemas que nós estamos a debater hoje.

E essa lista de creches que a Senhora Deputada citou foi quase idêntica àquela que eu citei e que muitas delas já arrastam-se nos orçamentos do Governo da Coligação, ao longo dos anos, execução, zero!

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (*Paulo Estêvão*): Se o senhor não chumbasse o orçamento... Chumbou o orçamento e atrasou muita coisa!

O Orador: Esse é que é o problema, não tem nada a ver com o chumbo do orçamento. 23 tinha orçamento, Senhor Secretário Paulo Estêvão? Em 23 tinham um pleno orçamento, executou zero, da maior parte dessas medidas.

E eu gostaria de colocar aqui uma outra questão, que é transparência sobre esta matéria. Nós, em 2022 solicitamos ao Governo a listagem das crianças em lista de espera para creches. Tivemos uma resposta de 847 crianças em lista de espera, 847 crianças. Quisemos fazer uma atualização no ano seguinte. Qual foi a resposta? Não podiam dar os dados, porque estavam a reorganizar a lista de espera.

Por isso, o que é que se conclui? O Governo quis esconder o enorme problema que não consegue resolver, por incompetência e por falta de investimento, por opção política. O Governo escondeu a lista de espera e agora diz que *agora é que é, agora é que vamos fazer uma lista de espera única e tudo se resolverá porque os amanhã cantarão.*

Não, têm de ser responsabilizados pelo problema que enfrentamos.

Sobre a proposta, e termino o debate sobre esta matéria, eu ouvi dizer, por várias vezes, uma defesa à acérrima, por parte da coligação, da proposta do Chega. É uma coisa extraordinária, a coligação diz que vai rever os critérios, a questão dos pais trabalharem ou não será um dos critérios – já é – mas dizem que a proposta do Chega não discrimina ninguém. É extraordinário que o a

coligação, que se diz um partido humanista, (Coligação, o PSD e o CDS, que se dizem humanistas) sejam capazes de aprovar uma proposta destas, porque diz o Chega e a Coligação que não se excluem outros critérios. Mas então porque é que não há aqui uma frase sobre outros critérios?

Deputada Olivéria Santos (CH): Porque eles já existem, já lá estão!

O Orador: Porque é que não se referem que podem existir outros? E o que é que se diz na proposta em concreto para que, quem nos ouve perceba e não tenha dúvidas, diz o seguinte: “propõe-se que seja conferida prioridade às crianças provenientes de agregados familiares cujos progenitores ou encarregados de educação tenham vínculo laboral, sendo-lhes impossível prestar os cuidados necessários aos seus filhos, durante horário de trabalho.”

Não há mais nada sobre qualquer outro critério, não há mais nada, não há nenhuma abertura sequer a outro critério. Por isso, só se pode concluir, associado à ideia das pessoas de bem, que o Chega diz e rediz, que o Chega quer excluir...

Presidente: Senhor Deputado, agradeço que termine.

O Orador: ... as pessoas que acha que não são de bem. E quem é que o Chega acha que não é de bem? São os pobres que recebem RSI, que recebem apoios sociais e quem o Chega entender que não é de bem. Isso é um problema para a democracia e eu admiro-me muito que o PSD, partido humanista, embarque nessa rampa deslizante para a extrema-direita.

E termino, Senhor Presidente, permita-me, porque quero terminar de uma forma que, talvez pouco habitual, mas julgo que é importante, citando um excerto do poema “Nesta hora”, de Sophia:

“Meia-verdade é como habitar meio quarto

Ganhar meio salário

Como só ter direito

A metade da vida

O demagogo diz da verdade a metade
E o resto joga com habilidade
Porque pensa que o povo só pensa metade
Porque pensa que o povo não percebe nem sabe”

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

O Bloco de Esquerda esgotou o seu tempo para este debate.

Tem a palavra o Senhor Deputado José Pacheco.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Obrigado, Senhor Presidente.

Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Com alguma Graça vou vendo o Bloco de Esquerda a liderar a esquerda, ou seja, caiu a máscara e os açorianos estão a perceber. Quando não há argumentos, inventa-se.

Senhor Presidente, até recomendava que nós tivéssemos aqui um prémio literário ou artístico para encenações e poemas, porque a verdade é que a única coisa que levamos deste debate, de série e de propostas, quanto à nossa proposta, são meros poemas e palavras vagas.

Nós fizemos uma proposta simples, direta e objetiva. Os pais que trabalham não podem ter os seus filhos excluídos das creches. Tão simples quanto isso.

Para o Bloco de Esquerda, que lidera o PS...

Deputada Andreia Cardoso (PS): E o Sr. Deputado José Pacheco a liderar a direita!

O Orador: Sim, porque o PS não tem liderança!

Também se explica aos açorianos porque é que os socialistas vão perdendo as eleições. É por isso, é que não há argumentos, já não há nada. Eu ouvi, onde está ali o Senhor Deputado, a segregação. Eu que trabalho, a minha mulher que trabalha, o meu vizinho que trabalha, isso não é segregar? Não é colocar de

lado? Ó senhor, eu sei o que é ter que andar a pagar 10 e 15 vezes mais, enquanto outros não pagam nada e nós sabemos de onde é que o dinheiro vem. Isso custa, a quem trabalha custa. Custa-me muito um avô mandar-me uma mensagem a dizer: “a minha filha vai deixar de trabalhar, Senhor Deputado. Ela não tem onde por a minha neta, porque as creches estão cheias.” Nós sabemos, as creches ficam em frente aos apartamentos. Eles vão lá de manhãzinha, despejam as crianças. Ao fim do dia vão buscar as crianças. Naquele entretanto só deus e algum padeiro é que vão sabendo e mais ninguém.

Eu preocupo muito com as crianças, sou pai de dois filhos, sou tio de quatro sobrinhos, criei várias, eu preocupo-me com as crianças. Agora, o que me preocupa muito, Senhor Presidente e açorianos, é que há deputados nesta casa que a única coisa que conhecem são as paredes do seu gabinete.

Nós temos que ir para a rua e ouvir, dar resposta, ter que apanhar uma hora de seca, Senhora Deputada, custa muito às vezes, mas temos que fazer. Temos que ouvir as pessoas, temos que ouvir a realidade, porque a realidade que este partido, que agora é liderado pelo Bloco de Esquerda, a realidade é que as pessoas estão muito muito, muito, piores nos Açores a nível social, enquanto o elevador social de vocês, *a canhota, desce*, o nosso é para subir. O vosso é para descer.

Algum açoriano aceita que o seu filho não tenha o lugar na creche, porque os meninos do RSI ocuparam as creches, enquanto os pais vão para o café, para supermercado, para onde quiserem? Algum açoriano aceita isso? Jamais poderemos aceitar. A igualdade, equidade não é isso. Equidade é nós sabemos gerir.

E, já agora, se me permitem, as vagas das creches, eu nem queria muito entrar por aí, será que está a fazer assim tanta falta e se alguns pais tomassem conta dos filhos, porque têm tanta capacidade para isso? Eles têm tanta capacidade de ir para o Facebook escrever lindos textos, sobre o amor, sobre a vizinha, sobre o

gato da vizinha, o cão da vizinha, o presidente da junta mas depois não têm capacidade tomar conta dos filhos. Heroína foi minha mãe que criou-me a mim, criou a minha irmã e criou os meus sobrinhos. Isso é que uma heroína, uma mãe que não quer criar os filhos, não é uma heroína, é uma mãe que está a abandonar aquele grande conceito que nós temos de família e aqui o que está em causa é a família.

Mas os senhores quando governavam diziam a eles: “não se preocupem, o estado socialista vai tomar conta de vocês”. Mas, na minha freguesia, pequena Ribeira Chã, governada pelo Partido Socialista, fecharam uma creche, fecharam uma escola. Só não me fecham a mim, porque ainda não conseguiram e porque eu sou capaz de virar algum, mas isso foi o que me fizeram. Destruíram uma freguesia e o que eu dizia, na altura, vocês vão matar esta freguesia, vocês vão fazer com que os jovens não voltem para esta freguesia, ou não fiquem nesta freguesia. Foi o que aconteceu, os jovens saíram da pequena freguesia que o Padre Flores muito honrou e muito trabalhou e os jovens vão-se embora. Daqui a dias eu nem sequer tenho nenhuns velhos para jogar às cartas, não tenho, porque os socialistas destruíram a minha terra. Isto eu nunca vou esquecer e isto eu nunca vou perdoar e há um nome que eu vou citar neste Parlamento: Ana Paula Marques, foi a senhora que foi a coveira da Ribeira Chã.
Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do CH)

Deputada Andreia Cardoso (PS): Coitado de quem não se pode defender!

Presidente: Tem a palavra o Senhor Deputado João Bruto da Costa.

(*) Deputado João Bruto da Costa (PSD): Senhor Presidente da Assembleia, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Este debate resvalou, infelizmente da nossa perspectiva, para, e foi esse o mote que o Senhor Deputado António Lima quis trazer para a discussão, para conceitos ideológicos, para um debate ideológico sobre extremismos que foram aqui expostos pelo Senhor Deputado António Lima.

Infelizmente, foi para esse tema, quando nós, o que estamos aqui a debater, é uma resolução que o partido Chega apresenta, que sinaliza um problema e que recomenda ao Governo que trabalhe nesse problema, que priorize as questões que são de priorizar e que avalie caso a caso, como deve ser feito, enquanto não temos oportunidade de dar vaga para todos, que é esse o trabalho que está a ser feito e as Senhoras Deputadas Nídia Inácio e Cecília Estácio já o demonstraram aqui pelos números também indicados, que é esse o trabalho que temos vindo a fazer e é essa a resolução que recomendo ao Governo que faça esse trabalho, sinalizando um problema ...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Mas isso não é o que está aqui!

O Orador: ... que existe. E custa-me ouvir nesta casa, Senhor Deputado Pedro Neves perdoe-me, mas vai ter que perceber aqui uma coisa: uma família com RSI, não é um caso de problemas na sociedade. Uma família, por receber RSI, não significa que seja uma família problemática, isso é estigmatizar as pessoas que têm dificuldades.

O Senhor Deputado disse que as famílias com RSI são famílias problemáticas.

Deputado Pedro Neves (PAN): Não foi isso que eu disse! Não meta palavras na minha boca!

Deputada Andreia Cardoso (PS): Vulneráveis!

O Orador: Disse-o que eu tomei nota e voltamos atrás no vídeo.

Deixe-me dizer-lhe outra coisa, Senhor Deputado, há famílias com RSI que estão empregadas, há famílias com RSI que trabalham, que têm emprego e que, infelizmente, não têm rendimento suficiente para o agregado familiar e, por isso, têm direito a receber o RSI.

E quando os senhores querem distinguir as coisas dessa forma, como se fosse isso que está a ser posto em causa, é um erro e é um estigma criado pelas pessoas que têm mais dificuldades.

Deputado Pedro Neves (PAN): Seja sério! Vocês não está a ser sério!

O Orador: Senhor Presidente, eu espero que depois possa ser retirado o extrato daquilo que foi proferido pelo Senhor Deputado Pedro Neves, porque, a mim indignou-me a sua expressão e a sua associação das famílias com RSI, como se fossem famílias problemáticas. E foi isso que o senhor deixou como contraponto àquilo que queria fazer, em termos ideológicos.

As famílias com RSI são famílias com dificuldades e a avaliação da atribuição do RSI, que é um apoio temporário de emergência, para fazer face a dificuldades transitórias das famílias. Não é um apoio para famílias problemáticas, Senhor Deputado, é um apoio para fazer face às dificuldades das famílias, de rendimentos para enfrentar as necessidades do dia a dia e que nós trabalhamos para que seja temporário e não definitivo. E é esse o trabalho que tem sido feito, por isso diminuámos, em 2018 eram 20.000 açorianos beneficiários do RSI e hoje são 8.000 açorianos apenas, beneficiários do RSI.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS, PP, PPM e Membros do Governo)

E o Senhor Deputado Pedro Neves caiu no erro que caiu ontem, se me deixar falar, é porque o senhor pode dizer um aparte ...

Deputado Pedro Neves (PAN): Eu gosto de honestidade intelectual, esse é que é o meu problema!

O Orador: ... agora, dizer um aparte em cada frase que eu digo...

Grite as vezes que quiser que eu não sou sério, que isso não invalida o raciocínio que eu quero ter e aquilo que eu quero dizer aos açorianos, daquilo

que se passou nesta manhã, neste Plenário, relativamente aos preconceitos que os senhores têm relativamente às pessoas e às famílias.

O erro que os senhores estão a cometer é o mesmo erro que o Bloco de Esquerda cometeu ontem, quando disse de uma forma quase proclamatória que baixar impostos é aumentar a pobreza.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Mas isso não é uma questão da esquerda!

O Orador: É esse o problema desta esquerda nos Açores. Baixar impostos não é aumentar a pobreza!

Deputado António Lima (BE): Não disse isso! É mentiroso!

O Orador: Nós baixamos impostos e aumentamos a riqueza dos açorianos, que é isso que os senhores não querem admitir e que é isso que se passou nos últimos anos.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS, PP, PPM e Membros do Governo)

É um pouco como, eu ontem ouvi num vídeo publicitário do novo líder do PS, que o novo Governo do PS não vai aumentar impostos. O senhores votaram contra a baixa de impostos nesta região, como é que é possível virem afirmar esse tipo de coisas?!

Deputada Andreia Cardoso (PS): Isso também não é sério!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS, PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: É um engano que os senhores querem praticar contra os açorianos! Este debate, retirando o conteúdo dos preconceitos, retirando essa forma que os senhores querem de virar pessoas contra pessoas, quando na verdade, o que

estamos aqui a fazer é a valorizar e a priorizar aquilo que deve ser o cuidado que o Governo deve ter nas vagas para as creches nos Açores.

Deputado Pedro Neves (PAN): Na política há limites e você não tem limites. Esse é que é o problema!

O Orador: Como nós já aqui dissemos, a nossa tarefa é dar vaga para todos, para que não haja nenhuma criança açoriana, que não tenha oportunidade de ter a creche e o lugar que tem direito na nossa sociedade e é isso que nós fazemos e é assim que, de facto, damos acesso ao elevador social e não apenas para alguns, como era no tempo do Partido Socialista.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Senhor Deputado Pedro Neves, faça favor, tem a palavra.

(* **Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado, Senhor Presidente.

Senhoras e Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

Na política cada um tem o seu pensamento e nós temos que respeitar. Só que dentro da política tem de haver limites e o limites tem a ver com a honestidade intelectual e não tentar meter palavras nos outros para ficarmos completamente bem e, com isso, demonstrarmos aquilo que nós somos na política.

E todos nós, por mais que possamos ficar mais chateados, mais irritados, não e nunca usamos aquilo que é o nosso limite, que é o desrespeito pelo outro e tentamos desvirtuar aquilo que foi dito.

E aquilo que o Senhor Deputado Bruto Costa tentou foi usar o Pedro Neves como dano colateral, para depois atacar, tanto o Bloco de Esquerda, como o PS. Só que eu não admito isso. Eu não admito porque tentou meter palavras na

boca, ou mesmo que eu tivesse dito, alguma vez, eu repeti novamente e expliquei o que é que eu quis dizer. Qualquer pessoa que recebe o RSI tem de ter obrigatoriamente um problema, porque senão, não recebia o RSI. Eu disse isso, repeti isso.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Foi o que eu disse!

O Orador: Não, não, você não disse isso! Há uma diferença entre dizer que as pessoas que recebem RSI são problemáticas e não use as palavras. Outra coisa é dizer que as pessoas têm problemas, obviamente tem um problema financeiro, por isso é que recebem o RSI e você usou e demonstrou até onde é que você vai, o seu limite, que não é nenhum, você não limite absolutamente nenhum para usar para o seu proveito, isso mostrou a pessoa que você é. Na política temos de ter limites de respeito e você não teve respeito absolutamente nenhum e não meta palavras na minha boca.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Senhor Deputado tem que procurar usar e tratar os colegas como aqui é habitual.

Deputado Pedro Neves (PAN): Da forma como eu fui tratado?!

Deputado Joaquim Machado (PSD): Ainda responde assim?

Presidente: Não é nesse sentido, a questão é do *você*.

Vamos continuar o debate.

Deputado Pedro Neves (PAN): Eu fui completamente desrespeitado!

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estêvão): Calma!

Presidente: Podemos continuar, Senhor Deputado?

Nós vivemos na casa da democracia e da diferença e o contraditório é isto mesmo. Portanto, quando divergimos uns dos outros não quer dizer que fiquemos alterados e exaltados e há as figuras regimentais também para o

senhor utilizar. Tem toda a razão quando se sente dessa forma que o senhor se sentiu e, portanto, pode utilizar as figuras regimentais que estão ao seu dispor. Tem a palavra o Senhor Deputado Vasco Cordeiro, faça favor, Senhor Deputado.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhoras e Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

Deputado Nuno Barata (IL): Outro qualquer podia ter recorrido a subterfúgios regimentais, mas não...

(Diálogo na câmara)

Senhor Deputado Vasco Cordeiro, permita-me que adie a sua intervenção, que eu vou suspender os trabalhos para os senhores se acalmarem. E, portanto, regressamos às 11 horas e 30 minutos.

Eram 11 horas e 14 minutos.

Presidente: Senhoras e Senhores Deputados, vamos continuar os nossos trabalhos.

Eram 11 horas e 31 minutos.

Estava inscrito antes do intervalo o Senhor Deputado Vasco Cordeiro, a quem dou a palavra. Faça favor, Senhor Deputado.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhora Secretária Regional, Senhor Secretário Regional:

Eu tenho procurado seguir com bastante atenção o debate, e tenho tentado acompanhar também aquilo que é pedido a esta Assembleia e, a mim próprio, como Deputado, que aprovemos. Da análise que faço, há algumas coisas que me parece importante clarificar.

Eu penso que esta proposta parte de uma falsidade, de uma premissa falsa, labora numa contradição e tem consequências perversas.

Porquê “*parte de uma premissa falsa*”? Parte de uma premissa falsa, em primeiro lugar, porque aquilo que o Chega dá a entender que diz a lei, muito simplesmente a lei não diz.

Não há, em parte nenhuma do Decreto Regulamentar Regional n.º 17/2001, qualquer prioridade estabelecida para as famílias que beneficiam de apoios sociais no acesso a creche. Isso é uma falsidade!

O que diz o artigo 12.º, n.º2, deste decreto que o Chega quer alterar, no que tem a ver com o acesso a creches é o seguinte, e cito: “a valência de creche destina-se a acolher as crianças pertencentes a famílias em que ambos os progenitores, o progenitor que tem a criança à sua guarda, ou aquele, ou aqueles a quem a criança foi confiada trabalham, ou famílias, que por razões sociais devidamente fundamentadas, não possam assegurar em permanência a sua assistência, entre a idade correspondente ao termo da licença por maternidade, paternidade ou adoção e o ingresso no jardim de infância.” Fim de citação.

É falso que o Decreto Regulamentar Regional que o Chega quer alterar estabeleça qualquer prioridade!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Onde é que isso está!

Deputado José Pacheco (CH): O Senhor devia era cuidar mais das crianças!

O Orador: Em segundo lugar, importa dizer como é que a coisa se passa na prática. Não está estabelecida nenhuma prioridade, e, na prática, o que se passa é que o acesso à creche baseia-se numa avaliação técnica pedagógica de técnicos das instituições, mas também de técnicos do Instituto de Segurança

Social dos Açores, do ISSA. Não é algo que aconteça por determinação legal, como o Chega, a partir de agora, quer que aconteça.

E passamos à segunda e terceira questão, ou melhor, a falsidade de que parte o Chega na sua proposta é dizer que a lei estabelece uma prioridade para as crianças das famílias do RSI, quando não é verdade que a lei estabeleça qualquer prioridade para as famílias do RSI.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: Segunda e terceira componente, a contradição e as consequências perversas.

Qual é a contradição em que cai o Chega? O Chega fez profissão de fé dizer que gosta das criancinhas, que gosta das famílias, que não quer prejudicar ninguém. Mas, a contradição é exatamente esta, é que o Chega apresenta esta proposta porque, tendo em conta a escassez de lugares, acha que as famílias com rendimento social de inserção ocupam primeiro os lugares disponíveis e, depois, não deixam lugar nenhum para as famílias que trabalham. Isso é o quadro em que o Chega trabalhou para esta proposta

Mas, então, isso conduzirá a que as famílias que beneficiam de rendimento social de inserção fiquem fora, tendo em conta a escassez de lugares.

E, portanto, as consequências perversas da proposta do Chega são duas: em primeiro lugar é passar a estabelecer na letra da Lei os critérios para a admissão em creche. Não estão fixados na letra da Lei, resultam de uma avaliação pedagógica e técnica e, muito sinceramente, o Decreto Regulamentar Regional n.º 17/2001, não estabelece essa prioridade no acesso às creches e o que Chega quer é que passe a estabelecer.

Ora, eu não acho que isso deva funcionar desta forma. Eu não conheço a situação, nem dos agregados familiares, nem das famílias, nem das crianças, nem dos progenitores para poder, hoje, aqui, dizer quem é que entra primeiro numa creche, ou quem é que não entra primeiro numa creche. Eu confio nos técnicos do Instituto de Ação Social, nos técnicos das creches e das associações para fazerem essa avaliação e não essa ser uma prioridade estabelecida pela lei. Mas, Senhoras e Senhores Deputados, há um problema que é a escassez dos lugares em creche.

O XII Governo Regional, o primeiro Governo da Coligação, e o XIII julgo que que segue esse caminho, com os mecanismos que tem à sua disposição, aproveitou, e bem, a possibilidade que foi estabelecida a nível nacional das creches gratuitas e o financiamento que da Segurança Social Nacional vem para os Açores, para financiar essas creches gratuitas.

Fez muito bem e deve continuar a aproveitar todas essas possibilidades e deve continuar também a investir.

Agora, nenhum Governo consegue resolver esse assunto num clique, mas, seguramente, que a resolução para este assunto não é estabelecer na lei que aqui, hoje, 57 Deputados definirem quais são as crianças que entram primeiro para uma creche e quais são as crianças que não entram primeiro para uma creche.

Eu, da minha parte, não só não estou habilitado para essa decisão, como discordo, frontalmente, que ela seja tomada dessa forma.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Senhora Secretária Regional da Saúde e Segurança Social, faça favor.

(*) Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi):

Obrigada, Senhor presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

Caminhamos para a reta final deste debate, mas parece-me importante pôr repor a verdade sobre algumas informações que foram aqui ditas, nomeadamente pelo Senhor Deputado António Lima, quando se refere que o Governo tá a esconder informação, em relação às listas de espera.

Senhor Deputado, o Senhor Deputado não imagina o trabalho que este Governo e que, sobretudo, os técnicos das equipas educativas e das equipas informáticas do ISSA têm tido para que se consiga chegar a um número mais real de crianças inscritas em lista de espera, porque efetivamente aquilo que nós recebemos foi uma lista de espera com 800 e tal inscritos, que em alguns dos casos estavam duplicados e até mesmo triplicados, porque o partido que antes estava no Governo não soube fazer o trabalho de expurgar dessa lista as duplicações e triplicações de crianças que estavam inscritas. E aquilo que eu disse ontem nesta casa, repito, é que até o dia 31 de julho será disponibilizada ...

Deputado António Lima (BE): Já ouvi essa história com o vice presidente na legislatura passada!

A Oradora: ... uma lista atualizada na plataforma SEADS, em que serão expurgadas as crianças que estão duplicadas, triplicadas...

Ó Senhora Deputada Andreia Cardoso, eu percebo que fique incomodada, porque teve responsabilidades diretas e não as conseguiu resolver, ...

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

... mas este Governo faz diferente que aquilo que a senhora tentou fazer, ao longo dos anos que teve responsabilidade nessa matéria.

E, portanto uma coisa é que este Governo trabalha e vai dar resposta dessa lista reduzida.

Em relação às crianças, posso dizer que atualmente no concelho de Ponta Delgada o número é reduzido, não é ainda um número real, mas já conseguimos chegar a menos de metade, do que aquilo que estava inscrito e até ao dia 31 de julho, primeira semana de agosto, teremos um número atualizado das crianças em lista de espera, a nível da Região Autónoma dos Açores e isso só é permitido pelo trabalho das equipas de informática e das equipas técnicas do Instituto de Segurança Social, porque têm estado a acompanhar os critérios de seleção que estão definidos e têm estado naturalmente a suportar tecnicamente as decisões políticas que são tomadas.

Além disso, gostaria de reafirmar a necessidade de todo este processo de seleção carecer de um acompanhamento técnico pelas assistentes sociais e pelas outras demais equipas que, naturalmente, não deixarão ficar para trás qualquer situação especial.

E aqui, isto é importante, porque são estes técnicos que estão no terreno, que conhecem as famílias e conseguirão naturalmente identificar as situações mais vulneráveis, para que não fique efetivamente ninguém para trás.

E vou terminar como comecei esta intervenção, porque nunca é demais lembrar, porque efetivamente, como também já foi dito nesta casa, o Governo Regional, e bem, aproveitou os mecanismos que teve ao seu dispor para inverter

uma situação que não era uma situação que se pudesse efetivamente ignorar na Região Autónoma dos Açores.

E, mais, este Governo foi pioneiro em relação à gratuitidade das creches a nível do Governo da República.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (*Paulo Estevão*): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Este Governo foi pioneiro nesta medida! Mesmo quando ainda não tínhamos a certeza de que o financiamento do Governo da República ia chegar, mas este Governo avançou com esta medida, porque a nossa prioridade são efetivamente as pessoas.

E é por isso que em 2020 tínhamos uma medida que abrangia 700 e poucas crianças com um investimento de 134.000 € e que, na atualidade, temos mais 4.000 crianças abrangidas, com uma poupança de 4 milhões para as famílias açorianas. É isso que distingue esta governação daquilo que aconteceu até agora na Região e nunca, nunca deixaremos ficar para trás as famílias açorianas.

Muito obrigada, Senhor Presidente.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Senhora Secretária.

Senhora Deputada Olivéria Santos, faça favor.

(*) **Deputada Olivéria Santos** (*CH*): Senhor Presidente Senhoras e Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo Regional:

Felizmente, que nos Açores nem todos estão a receber rendimento social de inserção.

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (*Mónica Seidi*):
Felizmente!

A Oradora: Felizmente e é isso que queremos combater, as famílias que recebem rendimento social de inserção, porque combatendo isso estamos a gerar riquezas e essas famílias estão a sair da pobreza. Acho que esse é o objetivo de todos.

Senhor Deputado Vasco Cordeiro, conhece a sua terra? Nós conhecemos, nós vamos para a rua, falamos com as pessoas. Todos os dias a gente recebemos e-mails, recebemos telefonemas, todos os dias há pessoas a se queixarem que não têm lugar nas creches.

Aqui o que me parece é que o PS quer continuar a atirar pessoas para o RSI. Se os pais que trabalham não têm prioridades nas creches, eles vão deixar de trabalhar. Ora, um pai que deixa de trabalhar, deixa de ter rendimentos. Se ele deixa de ter rendimentos, o que é que ele vai fazer? O que o PS quer, ser um beneficiário de rendimento social de inserção. Paga Estado, o dinheiro é infinito, paga Estado!

Hoje em dia já temos um problema da taxa de natalidade que está a decrescer, as famílias já pensam se vão ter um ou dois filhos. Dois filhos já é um luxo! Já pensam se vão ter um filho, porque: primeiro, a vida está cara; segundo, os ordenados são baixos; terceiro, não têm casa e agora não tem creches para deixar os filho. Mais um motivo para não ter filhos.

Disse.

Deputado José Pacheco (*CH*): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do CH)

Presidente: Muito obrigado, Senhora Deputada.

A Mesa, neste momento, não tem inscrições.

(Pausa)

Vamos avançar para a votação.

(Pausa)

Vamos então votar o Projeto de Resolução n.º 10/XIII, Recomenda ao Governo Regional que altere as regras de admissão nas creches, dando prioridade a crianças com pais trabalhadores:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão;

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar:

O Senhor Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: O Projeto de Resolução n.º 10/XIII, Recomenda ao Governo Regional que altere as regras de admissão nas creches, dando prioridade a crianças com pais trabalhadores, do Chega foi aprovado com 21 votos a favor do PSD, 5 do Chega, 1 do CDS e 1 do PPM.

Votos contra: 21 do PS, 1 do Bloco de Esquerda e 1 do PAN e com a abstenção da IL.

Presidente: Senhora Deputada Olivéria Santos, para uma declaração de voto tem a palavra.

(*) **Deputada Olivéria Santos (CH):** Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo Regional:

É com bastante satisfação que vimos este diploma ser agora aqui aprovado nesta Assembleia. Acreditamos que esta alteração à lei vai de facto repor justiça, vai de facto melhorar a vida de muitas famílias açorianas que, até ao momento, não conseguiam ter prioridade nas creches. É para nós um regozijo e acredito que todos os açorianos estão, neste momento, a bater palmas, porque vão finalmente conseguir ter uma vaga na creche para os seus filhos e não terem de deixar de trabalhar.

Obrigada.

Deputado José Pacheco (CH): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do CH)

Presidente: Muito obrigado, Senhora Deputada.

Vamos então avançar para o ponto 16, pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão da Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 13/XIII, que adapta o sistema nacional de monitorização e comunicação de risco de alerta especial e de aviso à população a todo o território da Região Autónoma dos Açores.

É uma iniciativa do Governo Regional dos Açores.

Para justificar a urgência tem a palavra o Senhor Secretário Regional do Ambiente e Ação Climática.

(Neste momento ao Deputada Nídia Inácio retoma o seu lugar na Mesa)

(*) Secretário Regional do Ambiente e Ação Climática (Alonso Miguel):

Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

O pedido de urgência e dispensa de análise em comissão que agora apresentamos justifica-se pela necessidade de, com a celeridade possível, podermos implementar um sistema regional de monitorização e comunicação de risco de alerta especial e de aviso à população criando o enquadramento necessário para podermos fazer uma comunicação eficaz e abrangente com a população em situações de emergência. Atendendo à vulnerabilidade a que os Açores estão sujeitos a um conjunto vasto de fenómenos meteorológicos extremos que têm sido intensificados pelas alterações climáticas e também à exposição a que as nossas populações estão sujeitas, a um conjunto de fenómenos naturais, de perigos naturais e numa altura em que estão em curso duas crises sismo vulcânicas nos Açores, entendemos que precisamos de implementar esse sistema o quanto antes, no sentido de aumentar a nossa capacidade de comunicar com a população de forma eficaz e também de aumentar a capacidade de salvaguarda das populações.

Dou nota também que este diploma já foi discutido na anterior legislatura, foi debatido em Comissão e não chegou a subir a Plenário, uma vez que foi dissolvido o Parlamento e, portanto, pretendemos agora recuperar algum do tempo perdido.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (*Paulo Estêvão*): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Senhor Secretário Regional.

Está justificada a urgência.

Pergunto se há inscrições?

(*Pausa*)

Senhor Deputado José Pacheco, faça favor.

(*) **Deputado José Pacheco (CH)**: Obrigado, Senhor Presidente.

Senhoras e Senhores Deputados, Senhora e Senhores Membros do Governo:

O Chega irá acompanhar esta urgência do Governo e aproveitava a ocasião para dizer que, numa região como a nossa, cada vez mais temos que pensar e apostar na prevenção e em planos.

Na Terceira temos tido alguma atividade sísmica. Há quem ache bem, há quem ache mal, mas eu, cada vez mais, preocupo-me com isso. Por exemplo, as pistas, os heliportos, a certificação deles, o da Ribeira Quente eu acho já se perder e nós tivemos uma catástrofe com muitas mortes na Ribeira Quente, aquele heliporto foi criado para isso.

Apenas para dizer que nós temos que ter esta preocupação e temos que começar a ter mais iniciativas nesta área da Proteção Civil porque eu penso e, se calhar não estou enganado, temos nos descuidado um pouco numa região como a nossa, apenas isso.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Senhor Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Vamos então votar este pedido de urgência:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O pedido de urgência foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Tendo sido aprovado o pedido de urgência, tem a palavra o Senhor Secretário Regional do Ambiente e Ação Climática para a apresentação da iniciativa.

(*) **Secretário Regional do Ambiente e Ação Climática (Alonso Miguel):**
Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhora e Senhor Membro do Governo:

A Proteção Civil não é apenas uma obrigação ornamental, é também um compromisso coletivo que visa salvar vidas, minimizar danos e garantir uma resposta coordenada e eficaz perante situações de risco ou de crise.

É, por isso, fundamental fortalecermos as estratégias de prevenção criando uma cultura de segurança junto da população e apostarmos em ferramentas tecnológicas que nos permitam antecipar ameaças e agir com maior rapidez e eficiência. Só assim podemos construir uma sociedade mais segura e resiliente.

A localização geográfica, a geomorfologia e o contexto geodinâmico do arquipélago dos Açores, aliados a uma crescente frequência e intensidade dos fenómenos meteorológicos extremos, em resultado das alterações climáticas, levam a que as populações das nossas ilhas fiquem expostas a um vasto conjunto de perigos naturais e mais vulneráveis ao risco de ocorrência de acidentes resultantes de eventos naturais ou tecnológicos.

Em caso de acidente grave ou catástrofe, os riscos acrescidos inerentes à nossa insularidade e isolamento podem ser atenuados se as populações forem devidamente informadas e sensibilizadas por uma entidade próxima, conhecedora da realidade Regional e que transmita confiança nas ações de socorro e assistência.

Senhoras e Senhores Deputados, é neste contexto que o Governo Regional dos Açores submete à apreciação da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a presente Proposta de Decreto Legislativo Regional que visa a criação e implementação de um sistema regional de monitorização e comunicação de risco de alerta e aviso à população, em caso de iminência ou de ocorrência de um acidente grave ou catástrofe.

O que se pretende é estabelecer um mecanismo eficiente e abrangente de comunicação para situações de emergência, através de um aviso de Proteção

Civil destinado a fornecer à população informação relacionada com um evento ou situação de risco e sobre as medidas de auto proteção a adotar, visando proteger a vida e a integridade dos cidadãos, bem como minimizar os danos materiais e ambientais, decorrentes de eventuais eventos catastróficos.

Trata-se de uma adaptação à Região do sistema nacional de monitorização e comunicação de risco de alerta especial e de aviso à população, aprovado pela Assembleia da República, através do Decreto-Lei n.º 2/2019, de 11 de janeiro, no sentido de assegurar a licitude e a salvaguarda das normas previstas no regulamento geral de proteção de dados.

A criação deste sistema de monitorização e alerta torna-se, mais do que nunca, numa necessidade imperativa para garantir que os cidadãos estão bem informados e preparados para agir rapidamente, em situações de emergência.

Este sistema que pretendemos implementar consiste na utilização de múltiplos canais de comunicação, incluindo mensagens de texto (SMS), alertas em rádio e televisão, bem como, notificações em aplicativos de smartphones e redes sociais, instrumentos que permitem difundir, de forma expedita e abrangente, informações precisas e orientações claras sobre as medidas de segurança a serem adotadas.

Uma população bem informada e preparada é a chave para minimizar os impactos de uma catástrofe, ou para reduzir os riscos associados a fenómenos extremos, como os que têm atingido o arquipélago nos últimos anos, intensificados pelas alterações climáticas, como tempestades e furacões, cheias, inundações, galgamento costeiros, bem como, outros eventos e perigos naturais a que a Região apresenta elevada suscetibilidade, designadamente eventos sísmicos e vulcânicos.

Senhoras e Senhores Deputados, com a aprovação desta iniciativa a Região Autónoma dos Açores poderá desenvolver um sistema de avisos e alerta, robusto e eficiente, que representa mais uma ferramenta de grande relevância

para enfrentar as adversidades futuras com mais confiança e mais segurança, contribuindo para a minimização do risco de perda de vidas e dos prejuízos e danos materiais, bem como, um passo fundamental para garantir a segurança, a proteção e o bem-estar das nossas populações.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Senhor Secretário Regional.

Senhor Deputado Nuno Barata, tem a palavra.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

O Governo traz-nos aqui hoje um diploma que se reveste de grande importância para a salvaguarda do património, das pessoas, dos animais, de toda a nossa riqueza, em caso de catástrofe.

Neste sentido, conte o Governo com o voto da Iniciativa Liberal para uma iniciativa que, de facto, eu não vou usar a palavra robustecimento, porque já começa a criar-me alguns anticorpos, mas que traz condições do Governo tornar a comunicação com os açorianos mais eficaz e mais eficiente.

Mas, neste sentido, importa que o Governo esclareça os açorianos, através desta câmara, o que aprendeu com a crise sísmica de São Jorge, sendo que este já é um bom indicador de que aprendeu alguma coisa, que seja mais do que mandar sair da ilha, que foi o que aconteceu no caso de São Jorge.

E mais, face à atual crise sísmica vulcânica a ocorrer na ilha Terceira, se Santa Bárbara nos quiser pregar alguma partida, que planos de contingência existem já para esta, que se espera não seja uma iminência, mas essa possibilidade.

A Iniciativa Liberal preocupa-se, obviamente, com a segurança de todos os açorianos, aliás, de todos os seres humanos e, neste sentido, entendemos que

não vale a pena usar ainda roqueiras para avisar as pessoas, é preciso usar mecanismos mais contemporâneos.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Senhor Deputado José Ávila, tem a palavra, faça favor.

(*) **Deputado José Ávila (PS):** Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente da Assembleia, Senhoras e Senhores Deputados Senhora e Senhores Membros do Governo:

Como é bem sabido, a Região Autónoma dos Açores, de Santa Maria ao Corvo, dada a sua situação geográfica e geológica está sujeita a riscos naturais que contemplam uma variedade de situações, tais como, cheias, inundações, secas, sismos, erupções vulcânicas, movimentos de massa de vertentes, erosão costeira, furacões, entre outros.

Desde o povoamento já foram registados uma longa lista na cronologia de desastres naturais. Só desde o início do século passado foram quase meia centena de eventos, alguns deles catastróficos.

Infelizmente, as gerações atuais já passaram por muitos destes fenómenos naturais com os quais nos afligimos, mas também, como já foi dito aqui, trouxeram muitos ensinamentos.

Foi a partir do grande sismo de 1980 que se construiu o que podemos chamar genericamente *Proteção Civil dos Açores* que, ao longo dos anos, tem vindo a capacitar-se para acudir às populações afetadas sempre que foi necessário.

Pôr de pé e depois manter em funcionamento um serviço deste género, pressupõe muito investimento e também muita formação.

Os corpos de Bombeiros são fundamentais e decisivos em todo o serviço de Proteção Civil dos Açores. Estes operacionais pertencem às associações que são pessoas coletivas sem fins lucrativos que vivem, em alguns casos sobrevivem, com as receitas advindas da prestação de serviços à Região, nas áreas da saúde

e do socorro às populações. Paralelamente ainda desenvolvem algumas atividades para completar as receitas, como o caso do socorro em alguns aeroportos da Região ou o apoio em empresas públicas ou municipais.

É claro que com orçamentos apertados e com as solicitações sempre a aumentar, é fundamental que as entidades ou empresas públicas paguem dentro dos prazos contratualizados. Infelizmente não é isso que está a acontecer. Por isso, é importante saber qual a dívida da Região, na área da saúde, proteção civil e fundo de coesão e também das empresas públicas regionais às 17 associações dos Açores.

E também, já agora, quando pensa o Governo de pagar os 88% que resultam da aprovação nesta casa de uma iniciativa do PAN.

Neste momento, as associações estão confrontadas com o pagamento de salários, subsídio de férias e muitos impostos, por isso é preciso dar respostas relativamente à previsibilidade deste acerto de contas.

Esta proposta de DLR adapta à Região o Decreto-Lei n.º2/2019, de 11 de janeiro, que implementa o sistema de monitorização e comunicação de risco de alerta especial e de aviso à população em todo o território da Região Autónoma dos Açores.

É uma iniciativa que apoiamos, porque é de bom senso manter a população devidamente esclarecida e, por essa via, atenta ao evoluir dos acontecimentos, evitando nessa medida a proliferação de desinformação que pode trazer ainda maiores preocupações.

No entanto, queremos deixar aqui dois pedidos de esclarecimento: primeiro, se este sistema respeita às questões ligadas à proteção de dados e, por fim, se as empresas, nomeadamente, as empresas de comunicação estão devidamente preparadas para iniciar e para arrancar com este sistema no imediato.

Disse.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigado, Senhor Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Senhor Deputado Luís Soares, faça favor.

(*) **Deputado Luís Soares (PSD):** Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhora e Senhores Membros do Governo:

Muito rapidamente, este Projeto de Decreto Legislativo Regional que pretende adaptar à Região o Decreto-Lei n.º 2/2019, de 11 de janeiro, vem dar aqui à Região a possibilidade de criar um sistema de aviso, um sistema de alerta e monitorização e de aviso especial às populações.

Nós, claro, obviamente, que iremos acompanhar essa proposta, até porque, o aviso, o alerta às populações é fornecer às populações àqueles que nós dizemos que são os primeiros agentes de proteção civil, mais uma ferramenta que lhes permita mitigar os efeitos de catástrofe ou de acidente grave.

Portanto, nós vamos, como já disse, acompanhar a criação deste Decreto Legislativo Regional, porque entendemos que é fundamental que as populações estejam informadas, porque, como nós costumamos dizer, acho que posso dizê-lo, é com base na experiência profissional, mas eu tenho que dizê-lo: a fluidez da comunicação, a comunicação rápida, precisa e concisa é tão eficaz, como a efetiva prestação do socorro, portanto, nós iremos acompanhar esta proposta.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Senhor Deputado António Lima, faça favor.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

No que respeita a esta proposta de Decreto Legislativo Regional, que adapta à região o sistema nacional de motorização e comunicação de risco de alerta especial e de aviso à população a todo o território da Região Autónoma dos Açores, começo por dizer que, naturalmente, acompanhamos a proposta. Ela vem adaptar à Região um regime que já vigora a nível nacional e que, de facto, carecia desta adaptação para uma melhor adequação do mesmo à nossa realidade e às instituições que têm as devidas competências na Região Autónoma dos Açores.

E, de facto, existir um sistema de alerta em Proteção Civil, numa região como a nossa, em qualquer parte do mundo, mas numa região com as nossas características, com riscos próprios e riscos conhecidos, seja a nível climatérico, seja ao nível sismo vulcânico e outros, como é natural, exige que tenhamos um sistema de alerta robusto, assim como, um sistema de Proteção Civil robusto e eficaz e que consiga responder de forma eficaz às diversas solicitações e às diversas ocorrências que existem na região todos os anos.

Infelizmente existem, felizmente, na maioria das vezes, com danos que são mais materiais do que humanos, mas que também, esses, infelizmente, por vezes, acontecem e é fundamental que esses sistemas funcionem de forma muito eficaz e articulada, entre todas as instituições com competência, em matéria de Proteção Civil.

Confesso que uma proposta destas, apesar de ter estado em Comissão na legislatura passada, efetivamente, em Comissão já devia ter sido entregue e ter tido algumas audições, deva ter, dado a sua delicadeza, pareceres de todas as entidades que nela são envolvidas, por inerência da legislação e das funções que desempenham.

Há dois aspetos que gostaria de salientar e o Governo poderá esclarecer porque, efetivamente, é importante que isto esteja salvaguardado.

Em primeiro lugar, a legislação nacional sobre esta matéria nomeadamente o Decreto de Lei n.º 2/2019, atribui também competência para a emissão de alertas especiais e para a emissão de avisos de Proteção Civil aos municípios, o que não acontece na legislação que hoje estamos a debater.

Tanto quanto sei, na legislatura passada, os municípios não foram ouvidos Eu espero que o Governo tenha feito esse trabalho previamente à proposta, porque efetivamente há aqui uma competência que também era municipal, que deixa de ser e é fundamental que, não só, isto não cause nenhum tipo de atrito com os municípios e, muito menos, mais importante do que isso, que gere algum tipo de falta de articulação para a emissão de avisos que se querem eficazes, coerentes e que têm de responder, efetivamente e rapidamente à situação que procuram dar resposta.

Em segundo lugar, também já foi aqui referido, é importante perceber se outras instituições, naturalmente, seja de natureza pública ou privada, que têm uma responsabilidade também especial de colaboração, um dever especial de colaboração definido na legislação, estão efetivamente cientes desse mesmo dever, se esta articulação já foi feita previamente. Certamente que posteriormente terá de ser feita, mas é fundamental que operadores de televisão, rádio, telecomunicações na Região Autónoma dos Açores estejam também conscientes das suas responsabilidades e da articulação que tem que existir com o serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros, não só aqueles que têm sede

e atividade principal na Região Autónoma dos Açores, mas também aqueles que têm abrangência nacional, mas que transmitem na Região Autónoma dos Açores, porque são, por exemplo, canais de televisão ou rádio nacionais que poderão não ter essa consciência do que está escrito neste Decreto Legislativo Regional e que, efetivamente, também lhes atribui responsabilidades e deveres especiais de colaboração que poderão não ter isso bem presente e é fundamental que tenham para poderem também auxiliar na resposta a situações de emergência.

Muito obrigado.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (*Paulo Estêvão*): Exatamente!

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Senhor Deputado Pedro Pinto.

(*) **Deputado Pedro Pinto** (*CDS-PP*): Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhora e Senhores Membros do Governo:

O Governo apresenta-nos aqui uma proposta que visa instituir um regime e estabelecer regras para esse regime de aviso e alerta à população em situações de risco, através dos mecanismos da Proteção Civil.

É certo que, nos termos da lei, também os municípios têm competências, em matéria de Proteção Civil, mas no que toca à prevenção e ao socorro na eminência, ou durante um evento que coloca em risco pessoas e bens, quanto mais centralizada for a informação e a cadeia de comando, mais eficiente será, não só a transmissão da mensagem, como também as operações de socorro e, portanto, multiplicidade de fontes de informação, em determinadas situações, não são vantajosas e essas situações são precisamente situações de acidentes, ou de riscos graves que possam colocar em causa a integridade física e dos bens das pessoas e, portanto, está bem o Governo ao propor este articulado que

estabelece regras e mecanismos bem específicos para a transmissão dessa informação que tem, tão só, o objetivo de prevenção, de avisos, de instruções à população, de uma forma eficiente e o mais abrangente possível.

Sabemos que é importante e hoje em dia, com o advento das redes sociais, com o facto de todos termos na palma da mão acesso ao mundo, é fácil sermos enganados com informações, que poderão ser bem intencionadas, mas que se não forem de uma fonte fidedigna e credível, podem nos colocar em risco.

E, portanto, é importante que a informação seja veiculada por uma cadeia de comando muito bem estabelecida e ela chegue o mais rapidamente e do modo mais abrangente possível a toda a população.

É tão só isso que se pretende com esta iniciativa e, obviamente, que iremos apoiá-la.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Senhor Deputado João Mendonça, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado João Mendonça (PPM):** Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados e Membros do Governo:

A proposta de Decreto Legislativo Regional em apreciação que visa adaptar o sistema regional de controle e alertas à população é uma iniciativa de extrema importância que merece o nosso total apoio.

Esta proposta do Governo da Coligação pretende criar um sistema eficaz para controlar e comunicar riscos, emitir alertas e avisar a população em caso de acidentes graves ou catástrofes.

A iniciativa define claramente como deve ser o fluxo de informações entre as diversas entidades envolvidas.

Este sistema é particularmente importante no nosso arquipélago, porque estamos sujeitos a diversas catástrofes naturais e é crucial para garantir a segurança da população.

A recente crise sísmica de São Jorge os efeitos do furacão Lorenzo são exemplos claros. Estas situações demonstram a necessidade urgente de um sistema robusto e eficaz de Proteção Civil que possa responder rapidamente e com eficácia a qualquer emergência.

Por tudo isto, o PPM apoia a proposta.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS, PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Senhor Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Senhor Secretário Regional do Ambiente, faça favor.

(*) Secretário Regional do Ambiente e Ação Climática (Alonso Miguel):

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Membro do Governo:

Senhor Deputado Nuno Barata, evidentemente que nós devemos sempre aprender com o passado, evidentemente que a crise sismo vulcânica de São Jorge e todas as ocorrências verificadas têm uma natureza diferente, são situações distintas, desde logo, pelo tipo de fenómeno, mas também pela capacidade instalada. A diferença entre capacidades instaladas na Ilha de São

Jorge, na Ilha Terceira, capacidade da acessibilidades, hospitais, portos, um conjunto de valências que existem na Terceira e que não existiam em São Jorge. Em todo o caso, temos sempre tentado passar uma mensagem de uma possível tranquilidade e normalidade, no âmbito desta crise sismo vulcânica. Isso não significa que não estejamos em constante estado de prontidão.

Também tem dito que a passagem do nível de alerta sismo vulcânico de V2 para V3, não implica alterações substanciais naqueles que são os procedimentos que estão em preparação e que estão em curso, mas dou nota que, neste momento, nós temos o centro de coordenação operacional regional ativo em permanência, com reuniões semanais, às sextas-feiras, já hoje decorreu uma reunião, envolvendo todos os agentes de Proteção Civil e as entidades que possam ser consideradas relevantes: o COA, a GNR, PSP, Cruz Vermelha, CIVISA, IPMA, Autoridade Marítima, EDA e diversos departamentos do Governo Regional, para além das reuniões praticamente diárias com as câmaras municipais da ilha Terceira.

O Plano Operacional de Evacuação está em fase final de operacionalização, nós pretendemos, de uma forma articulada, testá-lo em exercício.

O CIVISA, este fim de semana irá montar também na ilha Terceira uma base operacional permanente para apoio à realização de trabalhos de campo.

A EDA está a planear a localização de unidades móveis de reposição de energia, de geradores, no fundo, no sentido de, eventualmente e se necessário deslocá-los também para a Terceira.

A Cruz Vermelha está devidamente capacitada com os meios que existem na ilha Terceira e com capacidade de reforço muito significativo em 24 horas.

As forças de segurança já têm quantificado o dispositivo de reforço, caso necessário.

No plano das comunicações, estamos em articulação estreita com a ANACOM e com a Direção Regional das Comunicações e Transição Digital e estamos a

realizar, como sabem, diversos exercícios. Ainda há pouco tempo realizamos na ilha Terceira o exercício *Touro*, que tinha como cenário de fundo precisamente uma crise sísmo vulcânica na ilha Terceira e foi um exercício que foi realizado com sucesso, o que nos dá também aqui uma redobrada confiança, em poder dar uma resposta capaz e eficaz em caso de necessidade.

Dava nota também, relativamente às questões que foram colocadas pelas restantes Senhoras e Senhores Deputados e dou nota ao Senhor Deputado José Ávila, de que, evidentemente, que a nossa pretensão é sempre ter um investimento muito significativo nos bombeiros. Nós temo-lo feito, nos últimos quatro anos investimos mais de 34 milhões de euros neste serviço, no Panorama Regional da Proteção Civil, através do seu sistema regional, através das associações humanitárias de bombeiros voluntários. Temos feito um investimento muito significativo em equipamentos, reiniciamos a renovação da frota vermelha, que não acontecia desde 2010 e estamos a reforçar, de uma forma muito significativa, o investimento que é feito neste setor.

Dou nota também e aproveito para dar esta nota às Senhora e Senhores Deputados, que é a nossa expectativa, que até ao final deste mês, se pague toda a dívida do setor da saúde às associações humanitárias de bombeiros voluntários da Região e também, até ao final do mês, procederemos ao pagamento dos 8%, relativamente à proposta que foi apresentada pelo PAN, neste Parlamento. Portanto, trataremos de repor a regularidade nisto e pagar, no sentido também de os bombeiros poderem ter previsibilidade e estabilidade financeira para a sua atuação.

Dar nota também que, em relação ao regulamento geral de proteção de dados, efetivamente, este diploma respeita, porque há o parecer da Comissão Nacional de Proteção de Dados, relativamente à iniciativa nacional e que é positivo, é um parecer favorável e esta é uma adaptação direta daquela que é a legislação

nacional e, portanto, cumpre com aquilo que está disposto no regulamento geral de proteção de dados.

Dou também nota que, em relação à articulação com os municípios e, apesar de ela ser feita e ser muito importante, este diploma que nós agora apresentamos para criar um sistema de comunicação eficiente com as populações é um instrumento do Plano Regional e, portanto, é uma ferramenta que será utilizada no âmbito regional e, portanto, não é uma ferramenta para ser utilizada a nível municipal, mas sim no âmbito geral de todo o sistema.

Dar nota também que a operação e a articulação que é feita de operações de socorro, não é feita através deste tipo, evidentemente, é feita através do SIOPS, o sistema integrado de operações de proteção e socorro e, portanto, esta é apenas mais uma ferramenta que teremos agora a nosso dispor e que nos parece que é muito relevante e que nos dará uma capacidade muito grande de comunicar de forma eficaz com a nossa população e isso é um fator determinante para reduzirmos o risco a que as populações estão sujeitas, quer em situação de emergência, quer em caso de catástrofe.

Em relação às operadoras, dar nota que para nós encetarmos os contatos com as operadoras, era necessário ter o respaldo jurídico e o enquadramento jurídico para que pudéssemos fazer esta comunicação Evidentemente que agora seguirão estes contatos com as operadoras, sendo certo que isto já foi feito no passado e, inclusive, deixou de ser feita esta comunicação através das operadoras, julgo que em 2018, atendendo a um parecer da Comissão Nacional de Proteção de Dados. A República avançou e criou legislação para esse efeito em 2019, não foi feito na Região também porque existia um protocolo estabelecido a nível nacional que nos permitia fazer este envio de informação, evidentemente, que esse protocolo foi prorrogado até setembro de 2022 com a ANEPS, mas depois, não foi mais prorrogado, porque entendiam, e bem, que a Região tinha a

capacidade e a possibilidade de adaptar a legislação nacional à Região e, portanto, nesse sentido foi apresentado em 2023 este diploma na Região.

Eu julgo que terei respondido a todas as questões, mas se ficar uma questão por responder estarei, naturalmente, disponível.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (*Paulo Estevão*): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Senhor Secretário Regional.

Senhor Deputado José Toste, tem a palavra, faça favor.

(*) **Deputado José Toste** (*PS*): Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhoras e Senhores Deputados, Senhora e Senhores Membros do Governo: Senhor Secretário Regional do Ambiente e Ação Climática, em relação ao mérito da Proposta de Decreto Legislativo Regional, o grupo parlamentar do Partido Socialista já se pronunciou, pela voz do Senhor Deputado José Ávila, cuja apreciação e conclusões acompanho na íntegra, aproveitando para destacar a importância de, em matéria de Proteção Civil, ir adaptando a legislação nacional que vai sendo produzida, de modo a que exista uma plena harmonização entre os sistemas de Proteção Civil nacional e regional. Sempre tendo em consideração aquelas que são as nossas necessidades e especificidades decorrentes de uma distinta organização e da nossa condição arquipelágica.

Deputada Andreia Cardoso (*PS*): Muito bem!

O Orador: Sendo ponto assente, a nossa concordância genérica com o teor da adaptação que é feita do Sistema nacional de monitorização e comunicação de risco e alerta especial e de aviso à população à Região Autónoma dos Açores e considerando que o Governo Regional fundamentou o pedido de urgência com

dispensa de exame em Comissão, já discutido e aprovado, com iminência ou ocorrência de acidente grave ou catástrofe, especificando claramente a crise sísmica existente na Terceira, cujo nível de alerta subiu para V3 e uma vez que a atividade sísmica registada encontra-se acima dos níveis normais e é acompanhada de sinais de formação crustal, conforme se pode ler no requerimento remetido a esta Assembleia, a 9 de julho de 2024, impõe-se, tendo em consideração a competência de vossa excelência em matéria de Proteção Civil e recorrendo de forma livre à terminologia do diploma, deixar-lhe dois avisos, em matéria de Proteção Civil: um aviso da ação e um aviso preventivo, relativamente a duas situações críticas que continuam a existir na ilha Terceira, apesar das sucessivas chamadas de atenção dos deputados do Partido Socialista, pois os fundamentos que levam à urgência desta discussão, uma urgência de produção normativa são precisamente os mesmos que deveriam já ter impelido o Governo Regional para, de forma célere, encontrar uma solução que permitisse, num curto espaço de tempo, reabrir com segurança o trecho da estrada regional que liga o Raminho à Serreta, que se encontra encerrada há 7 meses e garantir condições condignas no acesso norte ao hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira, a única via que possibilita um acesso redundante, em caso de catástrofe e cuja importância ainda é mais acentuada, tendo em consideração que, para uma parte significativa da população, o acesso existente se faz através de um viaduto.

O aviso de ação é, no sentido de o exortar a que assuma, no interior do Governo Regional, uma postura de defesa de uma solução célere e segura para a reabertura do trecho da estrada que liga o Raminho à Serreta, pois é isso que o interesse público de Proteção Civil exige.

Aliás, como já foi publicamente reconhecido pelo Senhor Secretário, sendo certo que, caso assuma essa postura esta será distinta da posição de outros departamentos do Governo, especificamente a Secretaria Regional do Turismo,

Mobilidade e Infraestruturas, que em março prometia lançar no mês de abril o concurso para o projeto e, até hoje, três meses depois, não fez publicar um qualquer anúncio para abertura do procedimento e protela apenas para 2026 uma solução para este trecho de estrada, o que é inadmissível.

O aviso preventivo serve para o alertar para a necessidade que o hospital de Santo Espírito da ilha Terceira tem, de ter um segundo acesso, na zona norte, com condições de transitabilidade que permita a existência de uma redundância em caso de catástrofe, prevenindo uma situação em que o acesso àquele hospital fique altamente limitado.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Mas quando é que esse hospital foi construído?

Deputado Paulo Gomes (PSD): Quem é que construiu o hospital?

O Orador: Feitos estes avisos, de ação e de prevenção, a pergunta que lhe deixo, Senhor Secretário, é no sentido de saber se, vossa excelência, tendo em conta o interesse público de Proteção Civil ao qual se encontra vinculado, está disponível para sensibilizar os restantes membros do executivo, para que o Governo Regional avance e invista numa solução técnica que permita a reabertura da estrada regional que liga o Raminha à Serreta, no máximo até 2025 e, simultaneamente, avance com a pavimentação da Canada do Breado, garantindo um acesso norte condigno ao Hospital Santo Espírito da ilha Terceira, pois é isso que o interesse público demanda, os terceirenses exigem e o Partido Socialista defende.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.
Senhor Deputado Luís Soares.

(*) **Deputado Luís Soares (PSD):** Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhora e Senhores Membros do Governo:

O Senhor Deputado José Miguel Toste veio aqui fazer aqui uma reprodução da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo, na Assembleia Regional.

Vou ter que lhe dar as mesmas explicações que dei na Assembleia Municipal na Assembleia Legislativa Regional.

O acesso norte ao hospital, para já o senhor persiste num erro, não emendou, porque não é Canada do Breado, não vão asfaltar uma Canada que não é, atenção. Não é Canada do Breado, o acesso Norte ao hospital, mas isso é irrelevante. Isso na altura emendamos. Por acaso é Canada do Gano Real, portanto é preciso andar no terreno, como o Chega faz, para também sabermos o nome das ruas, mas isso é irrelevante.

Mas estamos a falar de um caminho municipal, mas que vai ser requalificado e o senhor já ouviu essa explicação, mas é assim, às vezes não interessa ouvir as explicações. Às vezes fazemos assim e só vemos aquilo que está ali, não conseguimos ver um bocadinho mais para o lado, nem aceitamos as explicações que no entanto foram dadas. Aquela via é uma via municipal que está contemplada na requalificação do acesso da circular de Angra à via rápida, em parceria com a câmara municipal.

Deputado José Miguel Toste (PS): É falso!

O Orador: O Senhor diz que é falso porque o Senhor tem a sua falsidade. Eu afirmo que é verdade, porque tenho as minhas garantias.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: Cada um bebe na fonte que tem!

Depois, Senhor Deputado, a parte do hospital, relativamente à Estrada do Raminho, eu acredito, acredito muito mesmo nos técnicos, no laboratório de engenharia, eu acredito nestas pessoas todas. À política o que é da política, à engenharia o que é da engenharia, aos técnicos de Proteção Civil o que é da Proteção Civil, portanto, aquela estrada se está fechada por decisão desses técnicos, eu percebo os constrangimentos que provoca à população do Raminho. Agora, entre constrangimento e colocá-los em perigo de vida, eu prefiro que eles estejam constrangidos.

Eu espero que este Governo não ceda a pressões políticas do Partido Socialista que colocam em perigo a vida das pessoas.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: Isso é uma irresponsabilidade!

Já durante esta sessão plenária nós assistimos aqui a um episódio que foi aproveitar o incêndio do HDES para fazer um debate de urgência sobre coisa nenhuma. Foi um aproveitamento de uma desgraça, de uma coisa que devia-nos sensibilizar a todos, devia-nos motivar a todos devia-nos convocar a todos para resolver, mas não, o que assistimos aqui é o que estamos a assistir à Estrada do Raminho, uma pressão tirar dividendos políticos...Os açorianos sabem muito bem isso e vão aprendendo, ao longo do tempo, em quem é que podem confiar e quem é que lhes resolve os problemas...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Sim, sim...

Deputada Joana Pombo Tavares (PS): É mesmo isso que dizem!

O Orador: ... e quem é que não faz política com as desgraças que acontecem às pessoas e esse é o Governo da Coligação.

Muito obrigado

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Senhor Deputado.

Senhor Secretário Regional do Ambiente e Ação Climática tem a palavra, faça favor.

(*) **Secretário Regional do Ambiente e Ação Climática (Alonso Miguel):**

Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhora e Senhores Membros do Governo:

Senhor Deputado José Toste, evidentemente, muito agradeço os alertas. Eu julgo que as sugestões, sobretudo numa matéria como esta, sensível, que é transversal a toda uma atuação governativa, é de facto fundamental e poderemos recolher todos os contributos que possam vir a dar uma melhoria ao funcionamento dos nossos sistemas.

Sem prejuízo disso, devo lembrar-lhe, em relação ao Hospital da ilha Terceira que ele foi construído em 2012 e quando foi construído devia ter sido equacionado um segundo acesso e essa redundância que o senhor diz, e bem, não foi feito em 8 anos da governação do Partido Socialista. Também pela informação que eu tenho, sei que o caminho já estará a ser intervencionado pela câmara municipal de Angra do Heroísmo, e bem, e, portanto, cria aqui, de facto, uma redundância que é importante para em caso de termos de emergência, de aceder ao hospital.

Dar nota também que, em relação à Estrada do Raminho, e eu já tive a oportunidade de prestar declarações sobre isso, há um procedimento em curso.

Não acredito que nenhum governante que tenha passado por esta Região não tenha preocupação, em matéria de Proteção Civil, independentemente da sua área de tutela. Nós queremos arranjar uma solução o quanto antes, não há necessidade de estar a sensibilizar os restantes membros do Governo Regional, porque eles têm essa sensibilidade. Mas, há que ter aqui em equilíbrio aquela que é a nossa vontade de abrir e de garantir o normal funcionamento e circulação naquela estrada com a capacidade de proteger e de salvaguardar a vida e a segurança, passo o pleonasma, das pessoas.

E, portanto, é esse equilíbrio que está a ser encontrado e é por isso que foi lançado esse procedimento. Sendo certo que, para casos de emergência, já está articulado com a Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, em caso de necessidade de fazer drenagem de população, se possam remover as barreiras que estão instaladas e utilizar aquela estrada para fazer essa drenagem.

E, portanto, o que apelo, evidentemente, isto é um espaço de debate político, os grupos parlamentares todos têm a legitimidade que entenderem para fazer as suas intervenções e nós agradecemos os contributos. Vamos tentar não fazer politiquice com este assunto. Vamos fazer política, sim. Politiquice, não, e tratar isto de forma séria e como uma matéria sensível que é, tentando encontrar numa crise sismo vulcânica que dura já há dois anos, uma normalidade possível para que possamos também viver sem sobressalto e tentar inspirar a confiança possível na nossa população, que confia nos órgãos de Governo próprio desta Região para protegê-la e para cuidar do seu futuro, enquanto esta crise não terminar.

Muito obrigado.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muita dignidade na resposta!

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Senhor Secretário Regional.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Podemos avançar para a votação do diploma.

Vamos votar na generalidade a Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 13/XIII, que adapta o sistema nacional de monitorização e comunicação de risco de alerta especial e de aviso à população a todo o território da Região Autónoma dos Açores:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A votação na generalidade da Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 13/XIII foi aprovada por unanimidade.

Presidente: As Senhoras e Senhores Deputados, iniciamos o debate e votação na especialidade.

Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

O diploma tem 11 artigos, posso colocá-los à votação em conjunto?

(Pausa)

Estão à votação todos os artigos do diploma:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: Todos os artigos do diploma foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Votação final global:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: Em votação final global, a proposta foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Está assim encerrado o nosso último ponto.

Senhor Deputado Nuno Barata, para uma declaração de voto, faça favor.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

Peço a palavra para uma declaração de voto neste diploma, não apenas para justificar o voto favorável da Iniciativa Liberal, mas acima de tudo, para fazer uma apologia do parlamentarismo naquilo que é fundamental para as nossas populações.

Se dúvidas houvesse, naquilo que é de facto muito importante para os açorianos, os deputados que os representam defendem-no e unem-se, a favor dessa proteção.

Muito obrigado.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Às vezes!

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Pergunto se há mais inscrições para declarações de voto?

(Pausa)

Não havendo, apresento-vos a proposta deliberação final: a Mesa da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores propõe que a Assembleia declare findo o período legislativo de julho:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de deliberação foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Estão encerrados os nossos trabalhos.

Boa tarde a todos.

Eram 12 horas e 36 minutos.

(*) Texto não revisto pelo Orador.

Deputados que faltaram à Sessão:

Partido Socialista (PS)

João Vasco do Monte Ferreira Pereira da Costa

Luís Miguel Vieira Leal

Documentos Entrados

1- Projetos de Decreto Legislativo Regional:

N.º 14/XIII

<http://base.alra.pt:82/iniciativas/iniciativas/XIII/EPjDLR014.pdf>

Assunto: Proposta de alteração da Portaria n.º 87/2013, de 6 de novembro de 2013

Proveniência: CH

Data de Entrada: 2024 – 07 – 05

Comissão:

Iniciativa retirada pelo proponente

2- Projetos de Resolução:

N.º 10/XIII

<http://base.alra.pt:82/iniciativas/iniciativas/XIIIjR010.pdf>

Assunto: Recomenda ao Governo Regional que altere as regras de admissão nas creches, dando prioridade a crianças com pais trabalhadores

Proveniência: CH

Data de Entrada: 2024 – 07 – 09

Comissão:

COM PEDIDO DE URGÊNCIA E DISPENSA DE EXAME EM COMISSÃO

3- Petições:

N.º 7/XIII

http://base.alra.pt:82/Peticao_Abaixo/XIIIpeti1452.pdf

Assunto: Processo extraordinário de integração de assistentes operacionais e bolsiros ocupacionais nas escolas

Proveniência: Márcia de Lurdes Couto Soares Raleza

Data de Entrada: 2024 – 07 – 05

Comissão: Política Geral

Limite de parecer: Em processo de admissão

4-

Respostas a Requerimentos:

Assunto: Reposição do tempo de serviço inter-carreiras

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2024 – 07 – 09

Referência: 54.09.00 – N.º 66/XIII.

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIrequeresp66.pdf

5-

Informações:

Assunto: Requerimento para uso da palavra em Plenário para apresentação do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 14/XIII – Proposta de alteração da Portaria n.º 87/2013, de 6 de novembro de 2013

Proveniência: José Pacheco, Deputado do CH

Data de Entrada: 2024 – 07 – 05;

Assunto: Ofício ref.^a S/1479/2024 a remeter a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, a lista das

verificações internas de contas objeto de homologação, pelo Tribunal de Contas, durante o primeiro semestre de 2024

Proveniência: João José Cordeiro de Medeiros, Subdiretor-Geral da Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas

Data de Entrada: 2024 – 07 – 08;

Assunto: Ofício a solicitar a substituição integral do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 3/XIII – Programa extraordinário de integração de trabalhadores precários na Administração Pública Regional

Proveniência: António Lima, Representação Parlamentar do BE

Data de Entrada: 2024 – 07 – 08;

Assunto: Solicitação a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 10/XIII – Recomenda ao Governo Regional que altere as regras de admissão nas creches, dando prioridade a crianças com pais trabalhadores

Proveniência: Carla Dias, Chefe de Gabinete do Grupo Parlamentar do CH

Data de Entrada: 2024 – 07 – 09;

Assunto: Ofício SAI-GAPS/2024/618 a solicitar a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores urgência e dispensa de exame em Comissão da Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 13/XIII - Adapta o sistema nacional de monitorização e comunicação de risco, de alerta especial e de aviso à população a todo o território da Região Autónoma dos Açores

Proveniência: Duarte Pimentel, P'lo Chefe do Gabinete de Sua Excelência o Presidente do Governo Regional dos Açores

Data de Entrada: 2024 – 07 – 09;

Assunto: Solicitação de retirada do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 14/XIII – Proposta de alteração da Portaria n.º 87/2013, de 6 de novembro de 2013

Proveniência: Carla Dias, Chefe de Gabinete do Grupo Parlamentar do CH

Data de Entrada: 2024 – 07 – 09.

6- Relatórios:

Assunto: Nos termos do artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2024 – 07 – 09;

http://base.alra.pt:82/Doc_Noticias/NI19889.pdf

Assunto: Sobre o Projeto de Lei n.º 186/XVI/1.^a (PAN) - Reforça a proteção dos animais durante o transporte e operações afins e estabelece o fim da exportação de animais vivos para países terceiros - Audição n.º 9/XIII - AR

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2024 – 07 – 09.

7- Diários:

Está presente nesta Sessão Plenária o Diário n.º 16/XIII.

Consideram-se aprovados nesta Sessão Plenária os Diários n.ºs 10, 12 e 13/XIII e as Separatas n.ºs 10, 11 e 12/XIII.

A redatora, *Sara Azevedo*